



Análise Conjuntural da Economia e do Comércio

Março
2021

N.º 144

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

Presidente: Darci Piana

Diretor Superintendente: Eduardo Luiz Gabardo Martins

Rua Visconde do Rio Branco, 931 – 6º andar

CEP 80410-001 – Curitiba – PR – Telefone (41) 3883-4500

www.fecomerciopr.com.br – federacao@fecomerciopr.com.br

Elaboração: Assessoria Econômica da FECOMÉRCIO - PR

Economista e Professor Luiz Vamberto Santana – Coordenador responsável

Economista Thais Lourenço Ceccon

O conteúdo desta "Análise Conjuntural da Economia e do Comércio" é publicado mensalmente no site da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná.

Os acessos poderão ser feitos através do site: www.fecomerciopr.com.br

CONJUNTURA: SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS**AUXILIO EMERGENCIAL E SUA IMPORTÂNCIA EM 2021**

O início do ano surgiu trazendo algumas replicações de uma sequência de fatos já tradicionais do período: as cargas tributárias do novo ano, com um perfil tributário atualizado em termos de tributos, taxas e tarifas urbanas, que tendem a ser maiores que as referentes ao ano anterior. Consideram-se então as novas alíquotas de: IPTU, ISS, IPVA, licenciamentos, coleta de lixo, iluminação pública, anualidades de categoria profissional ou sindicato, etc. Destacam-se ainda: profissionalização pessoal ou familiar e gastos escolares com filhos.

Nas condições do 1º trim./2021, em um momento no qual todos os países estão afetados (com intensidades diferentes), por novas ondas da pandemia do covid-19, verifica-se no Brasil um adicional processo de agudização da pandemia, seja pela carência quanto às providências em meses anteriores e que podem agora estar se refletindo na insuficiência de vacinas; ou a precariedade dos estímulos internos à respectiva produção (considerando que um componente básico é importado e sem condições ainda de autonomia interna). O que vem ocorrendo no Brasil desde o início do ano é um aumento significativo de contaminados e de mortes, em circunstâncias nas quais novas cepas do covid-19 estão em erupção e distribuído nos diversos estados.

Esse cenário levou as autoridades dos municípios e dos estados, a adotarem os processos de lockdowns locais ou regionais, com limitações para a redução de deslocamentos, bloqueios à circulação de pessoas em horários pré-fixados, aos funcionamentos de diversos ramos do varejo, e a ocorrência de uma agressiva deterioração dos ramos de Turismo e grande parte dos componentes do setor de Serviços.

Extinto que foi o AE para 2021, o novo ano começou sem contar ainda com um substituto imediato. Quando foi aprovado para vigorar em 2020, o AE foi dividido em dois períodos: a) abril a agosto: valor de R\$ 600/mês; b) prorrogação de setembro a dezembro: valor cai para R\$ 300/mês. Em 2020, o AE atuou de forma positiva extremamente importante em termos de apoio financeiro às despesas básicas das faixas da população inseridas no programa. Contribuiu para as compras de bens da “cesta básica”, para bancar despesas não tradicionais, mas típicas dos consumidores de menor poder aquisitivo, e também, muito importante, permitiu que fosse proporcionada uma aparente “tranquilidade social” a um segmento da população de reduzido poder de compra e poder de decisão.

O AE também permitiu ao setor público obter aumento da respectiva receita, a partir da arrecadação da carga tributária vigente e integrada aos preços finais das mercadorias e serviços (na forma de preços de mercado que considera a inserção dos impostos indiretos deduzidos os subsídios), tais como os impostos, as taxas, e as contribuições.

O Poder Legislativo federal reiniciou a discussão a respeito da reativação do AE em 2021, mesmo com vários pronunciamentos de membros do Legislativo endossando o seu retorno. Representantes do Executivo federal questionavam a respeito dos valores a serem concedidos para o AE em 2021, dos prazos de vigência, e da distribuição conforme o grupo familiar. Mas o Poder Executivo também ressaltou suas limitações em termos de insuficiência de recursos para bancar novos gastos, em um período em que a economia apresentava as restrições por ter superado limites orçamentários devido a pandemia em 2020, e que implicava em cuidados adicionais extras nos gastos públicos. As discussões permitiram uma consolidação, com a liberação dos valores do AE a partir de abril/2021.

No período em que não houve a viabilização e início da liberação do AE/2021, mais de três meses, um quadro preocupante foi visualizado pelos brasileiros em termos de carências no atendimento alimentar à população anteriormente atendidas pelo AE, mas que tiveram que assumir um período muito mais difícil com a ausência do AE. Governos estaduais implementaram programas de apoios para atuação conjunta com o AE, dentre os quais se destaca o governo do estado do Paraná. Também municípios do estado, sob diferentes formas, também contribuíram para o AE.

Um período extremamente difícil para todos os brasileiros, quando há que se conviver com a pandemia e suas limitações: difícil para os empresários dos mais diferentes segmentos, difícil para os consumidores, difícil para os governos e difícil para a população de menor poder de compra cujo limite é a “cesta básica”.

ÍNDICE

	Apresentação	03
	Sumário	04
	Tabelas e gráficos	04
I	Nível de Atividade Econômica	05
	1. Produto e Renda	05
	2. Mercado de Trabalho	12
	3. Nível de Salário	14
	4. Nível de Preços	15
	5. Taxa de Juros e Poupança	17
	6. Mercado de Ações	18
	7. Risco País	19
	8. Variações cambiais do Dólar e Euro	20
II	Atividade Empresarial	21
	9. Indicadores relativos ao comércio e consumidores	21
	10. Abertura de Empresas no Paraná	22
	11. Falências Decretadas no Brasil	23
	12. Crédito: Demanda e Inadimplência	24
	13. Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada-NUCI na Indústria	25
III	Setor Público	27
	14. Arrecadação do Governo Federal	27
	15. Dívida Pública Federal Interna - DPFI	28
	16. Superávit Primário	29
IV	Relações com o Exterior	31
	17. Comércio Exterior Brasileiro	31
	18. Investimento Estrangeiro Direto - IED na Economia Brasileira	40
	19. Dívida Externa Brasileira	41
	20. Reservas Cambiais	42
	21. Comércio Exterior Paranaense	43

TABELAS E GRÁFICOS

01	Produto Interno Bruto	05	37	Dívida Pública Federal Interna	28
02	Brasil: Produto Interno Bruto por Setor e Subsetor de Atividade	06	38	Desempenho do Superávit Primário - Governo Federal e Banco Central	29
03	Brasil: Variação Percentual do PIB Trimestral	06	39	Brasil: Balança Comercial	31
04	Brasil: Distribuição da Demanda Agregada	07	40	Brasil: Intercâmbio Comercial	32
05	Brasil: Componentes da demanda no PIB	07	41	Brasil: Intercâmbio Comercial MERCOSUL	33
06	Brasil: Agregados do PIB em valores correntes	08	42	Brasil: Principais Produtos Exportados para o MERCOSUL	34
07	Brasil: Participação percentual dos setores no valor adicionado	08	43	Brasil: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	34
08	Desempenho de setores de produção	09	44	Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	35
09	Desempenho de setores de produção	09	45	Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	35
10	IDHM e PIB per-capita: estados do Sul do País e Brasil	09	46	Brasil: Principais Produtos Exportados	36
11	PIB per-capita de países do BRICS e do MERCOSUL	09	47	Brasil: Principais Produtos Importados	36
12	BRASIL: Saldo do Emprego Formal por Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	12	48	Balança Comercial Brasileira - Com e Sem petróleo e derivados	36
13	PARANÁ: Saldo do Emprego Formal por Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	12	49	Brasil: Exportação por Intensidade Tecnológica	37
14	Brasil e Curitiba: Taxa de Desocupação	13	50	Brasil: Importação por Intensidade Tecnológica	38
15	Brasil: Salário Mínimo	14	51	Investimento Estrangeiro Direto no Brasil	40
16	Paraná: Salário Mínimo	14	52	Dívida Externa Brasileira	41
17	Índice de Preços	15	53	Brasil: Participação da Dívida Externa	41
18	Taxa de Inflação e Meta da Inflação	16	54	Brasil: Reservas Cambiais	42
19	Variação da Taxa de Juros SELIC do Banco Central	17	55	Paraná: Balança Comercial e Corrente de comércio	43
20	Poupança	17	56	Paraná: Exportações por fator agregado - Básicos	44
21	Bolsa de Valores	18	57	Paraná: Exportações por fator agregado - Semimanufaturados	44
22	Risco País	19	58	Paraná: Exportações por fator agregado - Manufaturados	44
23	Variações cambiais do Dólar e Euro	20	59	Paraná: Intercâmbio comercial com o MERCOSUL	45
24	Índice de sondagem do Comércio FGV	21	60	Paraná: Principais Produtos Exportados do MERCOSUL	46
25	Índice de sondagem do Consumidor FGV	21	61	Paraná: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	46
26	Índice de Confiança do empresário do comércio CNC	21	62	Paraná: Principais Países de destino de Produtos	47
27	Intenção de Consumo das Famílias	21	63	Paraná: Principais Produtos Exportados	47
28	Abertura de Empresas no Paraná	22	64	Paraná: Principais Blocos Econômicos de Destino e Origem De Produtos	47
29	Abertura de Empresas no Brasil	22	65	Paraná: Exportação - Totais por Fator Agregado	48
30	Falências no Brasil	23	66	Paraná: Balança Comercial dos Maiores Exportadores Municipais	48
31	Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito	24			
32	Indicador Boa Vista de Inadimplência	24			
33	Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria	25			
34	Produção Física Industrial - Por Setor	25			
35	Evolução da Arrecadação do Governo Federal	27			
36	Participação da Carga Tributária no PIB	27			

I. NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA

1. PRODUTO E RENDA

O PIB do Brasil e do Paraná (*)

O PIB do 4.º tri./ 2020 caiu quando comparado ao imediatamente anterior: de (10,71% no 3.º tri) para (5,91% no 4.º tri). No 4.º trim./2020 em comparação com o 3.º, nos valores a custo de fatores (sem considerar impostos indiretos e subsídios), os setores tiveram como desempenhos: apresentaram Agropecuária (-21,98%); Indústria (-2,77%); e Serviços (8,82%).

A contração da atividade econômica e da pandemia se tornaram bem evidentes nos valores do PIB de 2020. Destacam-se a queda na demanda agregada, especialmente considerando a limitação do consumo familiar, o adiamento dos gastos em bens de consumo, muitos investimentos postergados devido incertezas no ambiente econômico, as mudanças nos hábitos dos consumidores com as vigência de novos padrões de gastos. Nesse contexto, destacam-se os questionamentos do trabalhador quanto à manutenção do emprego no futuro e crises paralelas no exterior. A inflação voltou a subir no aquecimento de Setembro/ Dezembro-2020, devido a demanda adicional das famílias, dos juros baixos no financiamento habitacional de imóveis, mais os adicionais relativos ao 13.º salário e devolução de parcelas do Imposto de Renda. Vários ramos da indústria apresentaram carência de matérias primas e insumos básicos.

Importante foi a liberação do Auxílio Emergencial-AE para a população e que contribuiu para aquecer vendas no varejo e adiar maior deterioração do poder de compra. Ocorreram quedas substanciais no IED-investimento estrangeiro direto, que representa capital vinculado à entrada de investimento externo produtivo e não especulativo, voltado à ampliação da produção, inovação tecnológica e modernização do produto interno, com grande potencial de geração e ampliação de novos empregos. Em diferentes momentos de 2020, ocorreram no Brasil algumas inquietações institucionais, jurídicas e políticas. O “custo Brasil” recebeu muitas reclamações dos empresários, em termos de grande ônus administrativo, e de difícil assimilação por grupos empresariais do exterior e ainda a heterogeneidade da legislação tributária entre os diferentes Estados.

TABELA 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO
(Em R\$ Milhões)

Período	Brasil				Paraná			Participação PR/BR (%)
	Valor a Preços Correntes	Variação Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Variação Real (No Ano) (%)	Equivalência em Dólar (US\$ milhões) ⁽¹⁾	Valor a Preços Correntes de Mercado	Variação Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Variação Real no Ano (%)	
2009	3.333.039	7,18	-0,1	1.667.020	196.676	5,92	-1,7	5,90
2010	3.885.847	16,59	7,5	2.208.872	225.205	14,51	9,9	5,80
2011	4.376.382	12,62	4,0	2.616.202	257.122	14,17	4,6	5,88
2012	4.814.760	10,02	1,9	2.465.189	285.620	11,08	-0,03	5,93
2013	5.331.619	10,73	3,0	2.472.807	333.481	16,76	5,5	6,25
2014	5.778.953	8,39	0,5	2.455.994	348.084	4,38	-1,5	6,02
2015	5.995.787	3,75	-3,5	1.802.214	376.963	8,30	-3,4	6,29
2016	6.269.328	4,56	-3,3	1.793.989	401.814	6,59	-2,6	6,41
2017	6.585.479	5,04	1,3	2.055.506	421.375	4,90	2,0	6,40
2018	7.004.141	6,36	1,8	1.807.894 ⁽²⁾	437.866	4,40	1,2	6,28
2019	7.407.024	5,75	1,1	1.650.517 ⁽³⁾	454.703	3,83	0,5	5,72
2020 1º Tri	1.843.863	-4,12	1,0	339.801 ⁽⁴⁾	132.421	10,89	1,4	7,18
2020 2º Tri	1.708.760	-7,33	2,1	318.015 ⁽⁵⁾	109.162	-4,11	-0,6	6,39
2020 3º Tri	1.891.735	10,71	3,4	366.438 ⁽⁶⁾	116.987	2,92	-1,6	6,18
2020 4º Tri	2.003.500	5,91	-4,1	349.431 ⁽⁷⁾	118.882	8,12	-1,6	5,93

Fonte: Brasil: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Banco Sidra – Contas Econômicas) - (Consulta em 12/03/2021).

Paraná: www.ipardes.gov.br (Consulta em 01/04/2021).

Paraná: 2017 e 2018: estimativas preliminares do IPARDES. Dados sujeitos a alteração.

*Variação em relação a trimestre anterior.

(1): Equivalência em dólar segundo Banco Mundial (disponível em <https://data.worldbank.org/country/brazil>)

(2): Equivalência em dólar para 2018 realizada pela conversão direta R\$/US\$ pela cotação do dólar em 31/12/2018, conforme cotação do Banco Central.

(3): Equivalência em dólar para 2019 realizada pela conversão direta R\$/US\$ pela cotação do dólar em 04/03/2020, conforme cotação do Banco Central. (dados preliminares)

(4): Equivalência em US\$/ 2020 –1º Tri.: conversão direta R\$/US\$ pela cotação do dólar em 29/05/2020, via cotação do BC. (dados preliminares)

(5): Equivalência em US\$/2020 –2º Tri.: conversão direta R\$/US\$ via cotação do US\$ em 01/09/2020, por cotação do BC. (dados preliminares)

(6): Equivalência em US\$/2020 –3º Tri.: conversão direta R\$/US\$ por cotação do US\$ em 03/12/2020, por cotação do BC. (dados preliminares)

(7): Equivalência em US\$/2020 –4º Tri.: conversão direta R\$/US\$ por cotação do US\$ em 03/03/2021, conforme BC. (dados preliminares).

1. PRODUTO E RENDA

1.2. O PIB do Brasil por Setores e Subsetores

TABELA 2 – BRASIL: PRODUTO INTERNO BRUTO POR SETOR DE ATIVIDADE
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Setores e Subsetores	2019 4º Tri	Variação 2020/ 2019 (Com ajuste sazonal)	2020 1º Tri	2020 2º Tri	2020 3º Tri	2020 4º Tri	2020 - 4º TRI	
							Variação % trimestre anterior	Participação % do Setor no PIB Total
AGROPECUÁRIA	59.881	1,6	124.866	127.239	105.459	82.275	-21,98	4,11
INDÚSTRIA	343.004	-3,6	313.521	302.755	354.045	344.234	-2,77	17,18
1. Extrativa mineral	46.966	1,6	44.685	36.888	47.445	56.562	19,22	2,82
2. Transformação	186.613	-4,3	164.681	168.312	205.457	189.198	-7,91	9,44
3. Construção civil	59.546	-7,3	55.448	51.961	54.601	50.453	-7,60	2,52
4. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	49.878	-0,4	49.878	45.593	46.543	48.022	3,18	2,40
SERVIÇOS	1.244.135	-4,7	1.143.671	1.103.492	1.168.093	1.271.114	8,82	63,44
1. Comércio	215.283	-3,4	201.416	181.683	234.867	256.066	9,03	12,78
2. Transporte, armazenagem e correio	71.991	-9,2	67.243	63.617	70.694	76.119	7,67	3,80
3. Serviços de informação	60.297	-0,3	53.529	60.297	55.207	61.932	12,18	3,09
4. Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos	118.925	4,0	120.249	114.877	110.696	106.325	-3,95	5,31
5. Outros serviços(1)	302.707	-12,3	270.131	241.961	252.915	279.584	10,54	13,95
6. Atividades imobiliárias e aluguel	158.273	2,5	160.291	163.213	167.118	169.984	1,71	8,48
7. Administração, saúde e educação públicas	316.658	-4,9	270.812	284.080	276.595	321.104	16,09	16,03
Impostos líquidos sobre produtos	276.001	-	261.805	175.275	264.138	305.877	15,80	15,27
PIB : preços de mercado	1.923.021	-4,4	1.843.863	1.708.760	1.891.735	2.003.500	5,91	100,00

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Valores a Preços Correntes) Valores sujeitos a alteração (Consulta em 12/03/2021)

TABELA 3 – BRASIL: VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PIB TRIMESTRAL
(Valores com ajuste sazonal/deflacionados)

Período	Sobre Mesmo Trimestre do ano Anterior	Sobre o Trimestre Anterior			
		PIB TOTAL	Agropecuária	Indústria	Serviços
2017*	-	1,3	14,2	-0,5	0,8
1º Tri	0,3	1,1	12,3	0,7	0,6
2º Tri	0,8	0,8	-3,3	0,0	0,8
3º Tri	1,6	0,2	-2,4	0,7	0,6
4º Tri	2,6	0,4	0,3	1,0	0,4
2018*	-	1,8	1,3	0,7	2,1
1º Tri	1,8	0,7	2,4	-0,4	0,8
2º Tri	1,6	-0,1	0,4	-0,3	0,2
3º Tri	2,1	0,9	1,6	0,8	0,6
4º Tri	1,7	-0,4	1,4	-1,1	-0,1
2019*	-	1,4	0,6	0,4	1,7
1º Tri	1,2	0,9	-2,6	0,6	1,2
2º Tri	1,5	0,4	0,7	0,3	0,0
3º Tri	1,3	-0,1	1,4	0,3	0,3
4º Tri	1,6	0,4	-0,2	-0,2	0,1
2020*	--	-4,1	2,0	-3,5	-2,2
1º Tri	-0,3	-2,1	2,0	-1,0	-2,1
2º Tri	-10,9	-9,2	-0,9	-13,1	-8,6
3º Tri	-3,9	7,7	-0,6	15,4	6,4
4º Tri	-1,1	-0,4	1,2	-2,2	3,2

Fonte: www.ibge.gov.br – Valores com ajuste sazonal/deflacionados (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais) (Consulta em 12/03/2020)

(1) O segmento denominado outros serviços inclui: serviços de alojamento em hotéis e similares; serviços de alimentação; serviços profissionais, científicos e técnicos; pesquisa e desenvolvimento mercantil; aluguéis não imobiliários; outros serviços administrativos; educação mercantil; saúde mercantil; serviços de artes, cultura, esporte e recreação e serviços pessoais; serviços associativos; manutenção de computadores, telefones e objetos domésticos; e serviços domésticos.

* Valores anuais. Em 2019 os valores se referem ao acumulado em 4 trimestre em comparação com 4 trimestres imediatamente anteriores.

1. PRODUTO E RENDA**1.3. Demanda Agregada-DA**

A demanda agregada da economia é a soma de: 1) Consumo de Famílias-CF; 2) Consumo do Governo-CG; 3) Investimento Bruto Interno-IBI: (formação de capital fixo(FKF) mais variação de estoques(VE)); 4) Saldo da Balança Comercial: Exportações menos Importações. O IBI considera investimento interno privado e do governo (não agrega investimentos nacionais em outros países).

Em 2020, ocorreram quedas substanciais no CF, mais intensa no 2.o trimestre; o CG estava limitado pela restrição de recursos e inicio do AE. O IBI teve o melhor desempenho no 1.o trim./2020, período de menor influência da pandemia. A Formação de Capital Fixo-FKF teve o melhor desempenho no 4.o trimestre de 2020. A Exportações, apresentaram crescimento em cada trimestre do ano, especialmente a partir do 2.o tri. Mas as Importações apresentaram aumento nos respectivos preços.

TABELA 4 – BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA AGREGADA
(A Preços Correntes - Em R\$ bilhões)

Tipo de Demanda	2019 1ºTri	2019 2ºTri	2019 3ºTri	2019 4ºTri	2020 1ºTri	2020 2ºTri	2020 3ºTri	2020 4ºTri
Consumo das famílias	1.152,7	1.169,9	1.211,9	1.262,6	1.184,9	1.038,3	1.167,9	1.279,8
Consumo do Governo	334,1	369,6	360,0	423,4	349,9	377,5	371,2	427,7
Investimento Bruto Interno	287,9	284,0	325,1	243,9	328,8	232,6	288,2	297,7
Formação bruta de capital fixo	262,8	279,7	306,2	285,5	293,3	257,5	306,3	366,6
Variação de estoque	25,1	4,3	18,9	-41,6	35,5	-24,9	-18,1	-69,0
Balança Comercial	-9,1	10,9	-13,0	-6,9	-19,7	60,3	64,4	-1,6
Exportações	231,0	263,8	279,0	271,0	260,7	324,1	337,0	334,8
Importações (-)	240,1	252,9	292,0	277,9	280,4	263,8	272,6	336,4
Demanda Agregada Total	1.765,6	1.834,4	1.884,0	1.923,0	1.843,9	1.708,8	1.891,7	2.003,5

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Contas Nacionais Trimestrais - Valores a Preços Correntes) (Consulta em 12/03/2021)

Considerando os componentes da demanda agregada interna e sua participação no PIB em 2020 comparado com valores de 2019, verificou-se a ocorrência de queda no Consumo das Famílias: de 64,8% (2019) para 62,7% (2020). Revelou-se um indicativo de redução em 2020, do Consumo das Famílias, muito associado aos efeitos da pandemia, do desemprego adicional, da queda no poder de compra dos consumidores e do mercado e a deterioração do potencial de gastos. Verificaram-se ainda: crescimento das exportações e das importações; redução dos gastos de consumo do governo e a manutenção dos investimentos brutos internos (IBI).

TABELA 5 – BRASIL: Componentes da demanda no PIB (%)
(Total do ano)

Período	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Consumo das famílias	60,3%	61,4%	61,7%	63,0%	64,0%	64,3%	64,5%	64,6%	64,8%	62,7%
Consumo do governo	18,7%	18,5%	18,9%	19,2%	19,8%	20,4%	20,2%	19,9%	20,1%	20,5%
FBCF+Variação de Estoques	21,8%	21,4%	21,7%	20,5%	17,4%	15,5%	14,6%	15,1%	15,4%	15,4%
Exportações de bens e serviços	11,6%	11,9%	11,7%	11,0%	12,9%	12,5%	12,5%	14,6%	14,1%	16,9%
Importações de bens e serviços	12,4%	13,2%	14,0%	13,7%	14,1%	12,1%	11,8%	14,2%	14,4%	15,5%
PIB a preços de mercado	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,6%	99,9%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Contas Nacionais Trimestrais - Publicação completa) (consulta em 12/03/2021)

1.4. Brasil: Grandes Agregados- Evolução de Oferta e Demanda

TABELA 6 – Brasil: Agregados do PIB em valores correntes
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços	Va	Impostos líquidos sobre produtos	PIB pm	Despesa de consumo das famílias	Despesa de consumo da administração pública	Formação bruta de capital fixo	Variação de estoques	Exportação de bens e serviços	Importação de bens e serviços (-)
2012	200.695	1.065.682	2.827.882	4.094.259	720.501	4.814.760	2.956.834	892.180	997.460	33.728	571.875	637.317
2013	240.290	1.131.626	3.181.844	4.553.760	777.859	5.331.619	3.290.422	1.007.275	1.114.944	41.685	626.051	748.758
2014	249.975	1.183.094	3.539.665	4.972.734	806.219	5.778.953	3.638.404	1.106.874	1.148.453	39.030	636.375	790.183
2015	258.967	1.160.787	3.735.847	5.155.601	840.186	5.995.787	3.835.193	1.185.776	1.069.397	-25.433	773.468	842.614
2016	306.655	1.150.720	3.962.447	5.419.822	849.506	6.269.328	4.028.136	1.277.645	973.271	-34.781	781.577	756.520
2017	302.971	1.197.800	4.171.155	5.671.926	913.553	6.585.479	4.247.259	1.327.758	958.779	4.386	824.434	777.137
2018	309.611	1.313.210	4.388.329	6.011.150	992.991	7.004.141	4.525.801	1.393.480	1.057.409	-131	1.025.056	997.474
2019	326.040	1.363.547	4.680.170	6.369.757	1.037.267	7.407.024	4.797.118	1.487.164	1.134.200	6.705	1.044.787	1.062.950
2020	439.838	1.314.555	4.686.370	6.440.763	1.007.095	7.447.858	4.670.910	1.526.283	1.223.733	-76.401	1.256.517	1.153.185

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Contas Nacionais Trimestrais - Publicação completa) (Consulta em 12/03/2021)

TABELA 7 – BRASIL: Participação percentual dos setores no valor adicionado

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
AGROPECUÁRIA	5,1	4,9	5,3	5,0	5,0	5,7	5,3	5,2	5,1	6,8
INDÚSTRIA	27,2	26,0	24,9	23,8	22,5	21,2	21,1	21,8	21,4	20,4
Extrativa Mineral	4,4	4,5	4,2	3,7	2,1	1,0	1,6	2,7	2,8	2,9
Transformação	13,9	12,6	12,3	12,0	12,2	12,5	12,4	12,3	11,8	11,3
Construção Civil	2,7	2,4	2,0	2,4	2,4	2,7	2,8	2,9	3,0	2,9
Prod. e distrib. De eletricidade, gás, água, esgoto e limp. urb.	6,3	6,5	6,4	5,7	5,7	5,1	21,1	4,0	3,8	3,3
SERVIÇOS	67,7	69,1	69,9	71,2	72,5	73,1	73,5	73,0	73,5	72,8
Comércio	12,9	13,4	13,5	13,6	13,3	12,9	13,2	13,0	12,9	13,6
Transporte, armazenagem e correio	4,4	4,5	4,5	4,6	4,4	4,4	4,3	4,4	4,4	4,3
Serviços de Informação	3,7	3,6	3,5	3,4	3,4	3,3	3,4	3,4	3,5	3,5
Intermediação financeira, seguros, prev. complementare Serv. Relac.	6,4	6,4	6,0	6,4	7,1	7,9	7,6	7,0	7,2	7,0
Outros Serviços	8,4	8,8	9,2	9,3	9,7	9,7	9,8	9,8	9,8	10,3
Ativ. imobiliáriase aluguéis	15,9	16,5	16,9	17,4	17,4	17,5	17,6	17,9	18,0	16,2
Adm., saúde e educação públicas	16,1	15,9	16,4	16,4	17,2	17,4	17,6	17,4	17,6	17,9
VALOR ADICIONADO A PREÇOS BÁSICOS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS	17,6	17,6	17,1	17,1	16,3	15,7	16,1	16,5	16,3	15,6
PIB A PREÇOS DE MERCADO	117,6	117,6	117,1	117,1	116,3	115,7	116,1	116,5	116,3	115,6

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Contas Nacionais Trimestrais - Publicação completa) (Consulta em 12/03/2021)

1.5 INDICADORES ADICIONAIS DE PRODUTO E RENDA

As informações a seguir apresentam desempenhos de:

TABELA 8: desempenho de setores de produção do BRASIL: Indústria, Serviços e Comércio;

TABELA 9: IDH e PIB per-capita: estados do Sul do País e Brasil;

TABELA 10: PIB per-capita de países do BRICS e do MERCOSUL, (US\$), 2016 a 2018;

***IDH: Índice de Desenvolvimento Humano:** varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O **IDH** brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global: 1) Renda (PIB per capita); 2) Longevidade/Saúde (esperança de vida ao nascer); e 3) Educação (alfabetização e taxa de matrícula). Utilizado para medir o grau de desenvolvimento econômico e qualidade de vida da população. O IDH pode ser mensurado por Município, Estado ou País.

TABELA 8 – Desempenho dos Setores (desempenho em relação ao mês imediatamente anterior (%))						
Período	BRASIL			PARANÁ		
	Industria	Serviços	Comércio	Industria	Serviços	Comércio
2015	-1,9	0,1	-11,0	-1,5	1,9	-12,3
2016	1,8	-0,2	-6,7	0,6	0,8	-2,0
2017	3,3	0,3	6,4	1,5	-0,5	6,8
2018	0,7	1,1	-1,7	0,8	0,1	0,1
2019	-0,7	-0,5	-0,8	4,8	-2,2	-4,1
2020	0,8	0,6	-3,7	2,6	-0,2	-4,0
Out	1,0	2,8	1,8	3,5	1,6	0,9
Nov	1,0	2,3	0,3	1,1	3,2	-0,4
Dez	0,8	0,6	-3,7	2,6	-0,2	-4,0
2021	-	-	-	-	-	-
Jan	0,4	-0,3	-2,1	1,3	-0,5	-0,4

TABELA 9 – Desempenho dos Setores (acumulado no ano em relação ao mesmo período do ano anterior)						
Período	BRASIL			PARANÁ		
	Industria	Serviços	Comércio	Industria	Serviços	Comércio
2015	-8,3	1,3	-8,6	-8,8	2,3	-9,3
2016	-6,4	-0,1	-8,7	-4,4	1,1	-6,2
2017	2,5	2,5	4,0	4,5	17,6	4,7
2018	1,7	2,7	5,0	1,4	1,6	3,2
2019	1,6	4,4	3,9	5,7	1,4	2,7
2020	1,0	-7,1	-1,4	-2,5	-8,5	-0,4
Out	-6,3	-8,0	-2,6	-5,9	-9,2	-0,9
Nov	-5,5	-7,6	-1,9	-4,2	-9,0	-0,8
Dez	-4,5	-7,1	-1,5	-2,5	-8,5	-0,4
2021	-	-	-	-	-	-
Jan	2,3	-4,7	-2,9	11,4	-8,1	-2,0

Fontes: www.ibge.gov.br – SIDRA/ PMC - (consulta em 13/04/2021) *Dados preliminares

TABELA 10 – PIB per capita e IDH				
	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Brasil
IDHM 2016	0,792	0,805	0,783	0,776
IDHM 2017	0,792	0,808	0,787	0,778
IDH 2019	-	-	-	0,765
PIB Per Capita 2016 (R\$ corrente)	35.740	37.140	36.206	30.411
PIB Per Capita 2017 (R\$ corrente)	37.221	39.592	37.371	31.702

Fontes: <https://atlasbrasil.org.br/ranking> (consulta em 26/02/2021)
<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2019.html> (consulta em 26/02/2021)
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101679_informativo.pdf (consulta em 02/02/2021)

TABELA 11 - PIB per capita BRICS, MERCOSUL e Chile - (US\$ corrente)									
Período	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul	Argentina	Paraguai	Uruguai	Chile
2017	9.925	10.720	1.981	8.879	6.132	14.591	5.680	17.322	14.999
2018	9.001	11.370	2.005	9.976	6.374	11.683	5.805	17.278	15.924
2019	8.717	11.585	2.099	10.261	6.001	9.912	5.414	16.190	14.896

Fonte: www.databank.bancomundial.org (consulta em 15/03/2021)

1.6 Paraná: Grandes Agregados

PARANÁ E GRANDES AGREGADOS DAS CONTAS NACIONAIS: PIB E VALOR AGREGADO

O que está contido nas Tabelas I, II, III, e IV, a seguir, se refere aos dados oficiais existentes a respeito do Produto Interno Bruto e Valor Agregado da economia do Estado do Paraná no período 2012 a 2017 (seis anos). As informações foram divulgadas pelo IBGE, entidade do governo federal responsável pelo cálculo das Contas Nacionais.

O Produto Interno Bruto se refere ao conjunto de bens e serviços produzidos em um espaço geoeconômico, pela estrutura produtiva de bens e serviços existente, em um determinado período de tempo. Os setores de atividade econômica que compõem e integram o Produto Interno Bruto de uma economia são: PIB da Agricultura (setor Primário); PIB da Indústria (setor Secundário); e PIB de Serviços (setor Terciário). Essa classificação segue o modelo de Contas Nacionais da ONU, utilizado por todos os países quando quantificam ou comparam o desempenho de suas economias. O PIB é quantificado sempre a preços de mercado, ou seja, inclui a chamada tributação líquida, ou seja, Impostos Indiretos menos Subsídios= II -S.

Por outro lado, o Valor Agregado- V.A é outra forma de mensuração do PIB, só que ele é a quantificação na conceituação de "custo de fatores", ou seja, o V.A não considera os impostos indiretos nem os subsídios (II-S), é quantificado conforme custos efetivos dos fatores de produção. O Valor Agregado é menor que o PIB, pois que não inclui Impostos Indiretos e nem Subsídios. (II arrecadados são sempre maiores que os Subsídios concedidos).

O IBGE divulgou dados do PIB do Paraná para 2017, o que permitiu alterações na participação do comércio de bens e serviços no total referente a 2017. Ainda em relação ao Paraná, foi inserido o desempenho do 1.o e 2.o trimestre de 2020 na Tabela IV.

TABELA I – PARANÁ: Valor adicionado (valores correntes - R\$ Milhões)

	2013			2014			2015		
	Valor corrente	% sobre o ano anterior	Participação % no Setor	Valor corrente	% sobre o ano anterior	Participação % no Setor	Valor corrente	% sobre o ano anterior	Participação % no Setor
TOTAL DAS ATIVIDADES	287.679	18,42	-	301.107	4,67	-	326.631	8,48	-
AGROPECUÁRIA	29.915	34,57	10,40	28.600	-4,40	9,50	29.398	2,79	9,00
Agricultura, apoio à agricultura e pós-colheita	21.801	38,78	72,88	19.468	-10,70	68,07	20.361	4,59	69,26
Pecuária, inclusive apoio à Pecuária	6.477	30,10	21,65	7.255	12,00	25,37	7.220	-0,47	24,56
Produção florestal, pesca e aquicultura	1.637	6,10	5,47	1.877	14,69	6,56	1.816	-3,26	6,18
INDÚSTRIA	74.996	15,43	26,07	75.758	1,02	25,16	83.080	9,66	25,44
Extrativas	434	-0,16	0,58	492	13,24	0,65	565	14,85	0,68
Transformação	46.998	29,52	62,67	47.601	1,28	62,83	50.518	6,13	60,81
Eletricidade e gás, água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação	11.382	0,13	15,18	10.301	-9,50	13,60	14.252	38,36	17,15
Construção	16.183	-4,15	21,58	17.365	7,31	22,92	17.746	2,19	21,36
SERVIÇOS	182.767	17,36	63,53	196.748	7,65	65,34	214.153	8,85	65,56
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	45.720	20,46	25,02	48.477	6,03	24,64	49.888	2,91	23,30
Transporte, armazenagem e correio	12.944	5,18	7,08	13.740	6,15	6,98	16.796	22,23	7,84
Alojamento e alimentação	5.705	12,48	3,12	6.040	5,88	3,07	5.618	-6,99	2,62
Informação e comunicação	7.608	32,18	4,16	8.051	5,82	4,09	8.741	8,58	4,08
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	12.916	9,05	7,07	14.162	9,65	7,20	15.181	7,19	7,09
Atividades imobiliárias	25.645	25,32	14,03	27.572	7,51	14,01	29.945	8,61	13,98
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	19.373	18,01	10,60	20.311	4,84	10,32	22.477	10,67	10,50
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	35.988	16,25	19,69	40.603	12,82	20,64	43.811	7,90	20,46
Educação e saúde privadas	9.485	26,22	5,19	9.409	-0,80	4,78	12.459	32,41	5,82
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	4.657	1,35	2,55	5.199	11,63	2,64	5.783	11,24	2,70
Serviços domésticos	2.727	-4,18	1,49	3.184	16,76	1,62	3.453	8,44	1,61

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Regionais) (consulta em 11/12/2020) (*) Valores correspondentes à participação no valor agregado total do Paraná

1.6 Paraná: Grandes Agregados

TABELA II – PARANÁ: Valor adicionado (valores correntes - R\$ Milhões)

	2016			2017			2018		
	Valor corrente	% sobre o ano anterior	Participação % no Setor	Valor corrente	% sobre o ano anterior	Participação % no Setor	Valor corrente	% sobre o ano anterior	Participação % no Setor
TOTAL DAS ATIVIDADES	351.330	7,56	-	366.028	4,18		382.568	4,52	-
AGROPECUÁRIA	34.670	17,94	9,87	34.454	- 0,62	9,41	36.365	5,55	9,51
Agricultura, apoio à agricultura e pós-colheita	24.268	19,19	70,00	24.007	-1,08	6,56	-	-	-
Pecuária, inclusive apoio à Pecuária	8.438	16,86	24,34	8.266	- 2,03	2,26	-	-	-
Produção florestal, pesca e aquicultura	1.965	8,18	5,67	2.182	11,05	0,60	-	-	-
INDÚSTRIA	90.310	8,70	25,71	92.836	2,80	25,36	93.691	0,92	25,60
Extrativas	524	-7,25	0,58	616	17,59	0,17	468	-24,04	0,13
Transformação	53.776	6,45	59,55	58.948	9,62	16,10	58.658	- 0,49	16,03
Eletricidade e gás, água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação	18.364	18.364	20,33	17.195	-6,36	4,70	18.222	5,97	4,98
Construção	17.646	-0,56	19,54	16.077	-8,89	4,39	16.343	1,66	4,46
SERVIÇOS	230.071	7,43	65,49	242.677	5,48	66,30	247.112	1,83	67,51
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	51.489	3,21	22,38	53.236	3,39	14,54	55.608	4,46	15,19
Transporte, armazenagem e correio	17.092	1,76	7,43	16.276	-4,77	4,45	17.959	10,34	4,91
Alojamento e alimentação	6.320	12,49	2,75	7.325	15,90	2,00	7.927	8,21	2,17
Informação e comunicação	8.412	-3,77	3,66	9.459	12,45	2,58	10.497	10,98	2,87
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	17.240	13,57	7,49	16.425	-4,73	4,49	16.722	1,81	4,57
Atividades imobiliárias	32.341	8,00	14,06	34.037	5,25	9,30	35.673	4,81	9,75
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	22.251	-1,01	9,67	24.611	10,60	6,72	28.053	13,99	7,66
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	49.054	11,97	21,32	52.523	7,07	14,35	52.992	0,89	14,48
Educação e saúde privadas	13.113	5,25	5,70	15.074	14,95	4,12	15.847	5,13	4,33
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	9.037	-2,15	3,93	9.773	8,15	2,67	5.834	11.234,42	1,59
Serviços domésticos	3.722	7,81	1,62	3.939	-	1,08	-	-	-

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Regionais) (consulta em 01/04/2021)
 (*) Valores correspondentes à participação no valor agregado total do Paraná

TABELA III: Participação do comércio de bens, serviços e turismo no Valor agregado da economia paranaense
Ano: 2018 em R\$ Milhões

	Valor corrente	Participação % no Setor	Participação % no Valor Agregado total do PR
TOTAL DO SETOR SERVIÇOS OU TERCIÁRIO	247.112	-	58,63
Ramos do comércio de bens, serviços e turismo*			
1. Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	55.608	22,50	15,19
2. Alojamento e alimentação	7.927	3,21	2,17
3. Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	28.053	11,35	7,66
4. Educação e saúde privadas	15.847	6,41	4,33
5. Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	5.834	2,36	1,59
Total de 1 a 5	113.269	45,84	30,95

(*) Do conjunto de componentes do setor serviços ou terciário não foram considerados em "bens, serviços e turismo" os ramos de:

1. Transporte, armazenagem e correio;
2. Informação e comunicação;
3. Atividades financeiras, de seguro e serviços relacionados;
4. Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.
5. Atividades imobiliárias

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Regionais) (consulta em 01/04/2021)

TABELA IV – PARANÁ: PIB (R\$ Milhões)

	Valor a Preços Correntes de Mercado	Varição Nominal Sobre o ano Anterior (%)	Varição Real no ano (%)	Participação PR / BR (%)
2015	376.963	8,3	-3,4	6,29
2016	401.814	6,6	-2,6	6,41
2017	421.498	4,9	2,0	6,40
2018	440.029	4,4	1,2	6,28
2019	456.888	-3,27	0,5	5,72
2020- 1ºTri	132.421	10,9*	3,6	7,50
2020- 2ºTri	109.162	-4,1*	-1,62	5,95
2020- 3ºTri	116.987	2,9*	-2,02	6,08
2020- 4ºTri	118.882	8,1*	-1,65	6,45

Fonte: www.ipardes.gov.br (Consulta em 01/04/2021) –Paraná 2017, 2018 e 2019: estimativas preliminares do IPARDES. Dados sujeitos a alteração
 *Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

2. MERCADO DE TRABALHO**2.1. Mercado de Trabalho Brasileiro**

A "criação de empregos" é um indicador do mercado de trabalho que corresponde ao número de "empregados admitidos menos os demitidos", obtido via CAGED/Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia.

As informações abaixo indicam Admissões, Desligamentos e Saldos no Brasil, em 2021.

TABELA 12 - Brasil: Saldo do Emprego Formal por Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	FEVEREIRO/2021			ACUMULADO DO ANO 2021 (JAN-FEV)		
	Admissões	Desligamentos	Saldos	Admissões	Desligamentos	Saldos
Total	1.694.604	1.292.965	401.639	3.269.417	2.609.637	659.780
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	86.842	63.787	23.055	177.360	120.684	56.676
Indústria geral	319.959	226.338	93.621	619.452	434.243	185.209
Construção	164.598	121.129	43.469	327.016	239.668	87.348
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	381.293	313.242	68.051	729.702	652.495	77.207
Serviços	741.912	568.365	173.547	1.415.887	1.162.344	253.543
Transporte, armazenagem e correio	84.133	72.943	11.190	156.364	144.623	11.741
Alojamento e alimentação	85.704	68.137	17.567	166.724	143.883	22.841
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	371.410	298.651	72.759	741.427	615.448	125.979
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	158.788	98.810	59.978	275.708	197.550	78.158
Serviços domésticos	95	45	50	177	118	59
Outros serviços	41.782	29.779	12.003	75.487	60.722	14.765

Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged?view=default> (Consulta em 06/04/2021)

2.2. Mercado de Trabalho Paranaense e da Região Sul

A "criação de empregos" é um indicador do mercado de trabalho que corresponde ao número de "empregados admitidos menos os demitidos", obtido via CAGED/Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia.

Os empregos criados no Paraná e na Região Sul, conforme o CAGED/Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia, tendo por referência os dados de fevereiro/2021 estão apresentados na Tabela a seguir.

TABELA 13 - Saldo do Emprego Formal por Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	FEVEREIRO/2021				ACUMULADO DO ANO 2021 (JAN-FEV)			
	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total
Total	41.616	33.994	29.587	105.197	66.763	66.688	57.206	190.657
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.123	348	432	1.903	1.495	4.079	6.994	12.568
Indústria geral	9.411	14.106	16.692	40.209	18.630	34.124	29.187	81.941
Construção	4.961	2.389	1.692	9.042	10.064	5.927	2.885	18.876
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	8.302	2.268	3.154	13.724	10.143	1.235	5.236	16.614
Serviços	17.819	14.883	7.617	40.319	26.431	21.323	12.904	60.658
Transporte, armazenagem e correio	824	1.342	150	2.316	1.444	1.936	7	3.387
Alojamento e alimentação	1.214	1.202	374	2.790	2.028	2.028	1.367	5.423
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	11.401	4.185	3.959	19.545	18.082	7.622	7.582	33.286
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	3.672	7.139	2.512	13.323	4.061	8.349	3.289	15.699
Serviços domésticos	11	12	5	28	10	16	3	29
Outros serviços	697	1.003	617	2.317	806	1.372	656	2.834

Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged?view=default> (Consulta em 06/04/2021)

2. MERCADO DE TRABALHO

2.3. Taxa de desocupação: Brasil e região Sul

No trimestre móvel Nov-Dez-Jan/2020-21 a taxa de desocupação no Brasil ficou em 14,2% e os desocupados atingiram 14 milhões. Os números de 2020 apresentaram aumento sucessivo nos três primeiros trimestres em relação ao total de desocupados no país

No Paraná, a taxa de desocupação desde 2015 tem sido menor que a brasileira. No entanto, uma grande diferença é que a desocupação no Paraná, comparada aos outros estados da região Sul, desde 2015 até 2019, tem sido maior que Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No 4.º trimestre de 2019, a desocupação no Paraná atingiu 7,3%, a maior da região Sul, (que chegou a 6,8%) e também maior que os estados de SC (5,3%) e RS (7,1%). Cabe destacar a ocorrência de menor desocupação na Região Sul no estado de Santa Catarina desde 2015.

TABELA 14 - PNAD: TAXA DE DESOCUPAÇÃO						
Período	Taxa de Desocupação (Variação %)					Desocupados (em milhares)
	Brasil	Sul	PR	SC	RS	Brasil
2017 1º Tri	13,70	9,29	10,30	7,9	9,1	14.176
2º Tri	13,00	8,40	8,90	7,5	8,4	13.486
3º Tri	12,40	7,9	8,5	6,7	8,0	12.961
4º Tri	11,80	7,7	8,3	6,3	8,0	12.311
2017	12,70	8,3	9,0	7,1	8,4	13.234
2018 1º Tri	13,1	8,4	9,6	6,5	8,5	13.689
2º Tri	12,4	8,2	9,1	6,5	8,3	12.966
3º Tri	11,9	7,9	8,6	6,2	8,2	12.500
4º Tri	11,6	7,3	7,8	6,4	7,4	12.195
2018	12,3	8,0	8,8	6,4	8,1	12.837
2019 1º Tri	12,7	8,1	8,9	7,2	8,0	13.387
2019 2º Tri	12,0	8,0	9,0	6,0	8,2	12.766
2019 3º Tri	11,8	8,1	8,9	5,8	8,8	12.515
2019 4º Tri	11,0	6,8	7,3	5,3	7,1	11.632
2019	11,9	7,8	8,5	6,1	8,0	12.575
2020 1º Tri	12,2	7,5	7,9	5,7	8,3	12.850
2020 2º Tri	13,3	8,9	9,6	6,9	9,4	12.791
2020 3º Tri	14,6	9,4	10,2	6,6	10,3	14.092
2020 4º Tri	13,9	8,2	9,8	5,3	8,4	13.925
Nov-Dez-Jan	14,2	-	-	-	-	14.272

(*) A seguir, detalhes sobre os conceitos utilizados na Tabela 15.

- **-Taxa de desocupação:** Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho, $[\text{Desocupados} / \text{força de trabalho}] \times 100$.
- **-Pessoas desocupadas:** São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.
- **-Pessoas na força de trabalho:** As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas no período.

3. NÍVEL DE SALÁRIO

3.1. Salário Mínimo no Brasil

O salário mínimo, com correção anual definida pelo governo federal, tem a variação definida pela inflação acumulada nos 12 meses anteriores e mais uma percentual variável de produtividade. É um valor de referência para a remuneração no país. Os trabalhadores do comércio têm sua remuneração estabelecida a partir de uma correção igual ao valor da inflação sobre o salário anterior mais os percentuais de itens negociados na data base entre os sindicatos representativos das categorias de trabalhadores e de empresários do comércio. O início da vigência do novo salário possibilita um adicional na massa de salários para os trabalhadores e um correspondente aumento no poder de compra desses trabalhadores.

TABELA 15 – BRASIL: SALÁRIO MÍNIMO

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Início da Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2016	880,00	11,67	217,93	4,038	1/1/2016	10,67
2017	937,00	6,48	286,29	3,273	1/1/2017	6,29
2018	954,00	1,81	291,82	3,269	1/1/2018	2,95
2019	998,00	4,61	258,62	3,859	1/1/2019	3,75
2020	1.045,00	4,71	246,06	4,247	1/2/2020	4,19
2021*	1.100,00	5,26	213,10	5,162	1/1/2021	4,52

Fonte: www.brasil.gov.br – (Notícia - Emprego – Salário Mínimo) (Consulta em 03/02/2021).

Salário mínimo–SM no Brasil: criado pelo Decreto-Lei nº 2162 de 01/05/1940, a partir de divisões em 22 regiões. Em maio de 1984 ocorreu a unificação do SM no país. A partir de 1990, apesar dos altos índices de inflação, as políticas salariais buscaram garantir poder de compra do SM.

(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior. O valor no período pode diferir da inflação anual.

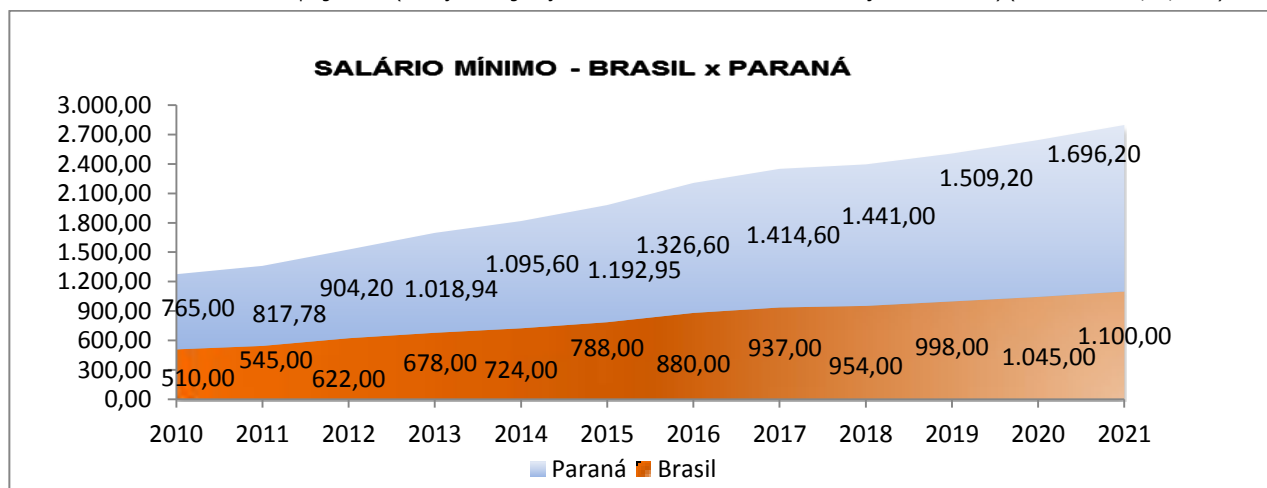
3.2. Salário Mínimo no Paraná

O Governo do Paraná instituiu, a partir de 2006, salário mínimo regional para categorias que não possuíam: a) piso salarial estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho; b) piso salarial estabelecido em lei federal. Exemplos: empregadas domésticas. Os valores na Tabela 17 correspondem ao máximo do reajuste. Leis estaduais permitiram alterações no salário do estado.

TABELA 16 – PARANÁ: SALÁRIO MÍNIMO

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$	Cotação do Dólar	Data de Vigência	Inflação no Período (%)
2017	1.414,60	6,63	446,25	3,170	1/5/2017	4,57
2018	1.441,00	1,87	442,02	3,260	1/3/2018	2,68
2019	1.509,20	4,73	411,36	3,67	1/2/2019	3,89
2020	1.599,40	5,98	396,86	4,03	1/1/2020	4,31
2021	1.696,20	6,05	328,59	5,16	1/1/2021	4,52

Fonte: www.casacivil.pr.gov.br – (Serviços – Legislação – Decretos – Decreto 387 de 30 de janeiro de 2019) (Consulta em 03/02/2021).



(*) Informações adicionais sobre o Paraná: verificar nos textos das Legislações Respectivas.

4. NÍVEL DE PREÇOS

4.1. Introdução

As oscilações dos níveis de preços constituem fatores importantes na avaliação conjuntural de uma economia. Os órgãos encarregados dessa mensuração devem utilizar metodologias consistentes que permitam captar adequadamente as variações nos preços. Ademais, os itens que compõem a cesta de bens a ser pesquisada para se realizar o cálculo da inflação devem representar os padrões de consumo das categorias de renda avaliadas.

Serão apresentados como representativos das variações de preços, dois indicadores:

1.º) IPCA: índice de preços ao consumidor ampliado, que representa o índice oficial de inflação do Brasil, obtido pelo IBGE. Representa variações de preços de produtos e serviços consumidos por famílias com renda de até 40 salários mínimos, em diferentes regiões do País. Os índices obtidos em cada região são agregados conforme pesos pré-determinados relacionados à importância, dimensão e habitantes para a composição do índice nacional.

Os grupos de despesas que compõem o IPCA são os seguintes:

- 1) Alimentação e bebidas;
- 2) habitação;
- 3) artigos de residência;
- 4) vestuário;
- 5) transportes;
- 6) saúde e cuidados pessoais;
- 7) despesas pessoais;
- 8) educação;
- 9) comunicação.

A base de cálculo do IPCA é composta de: **a)** doze (12) regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Belém, Fortaleza, Salvador, Rio Branco, São Luiz, Aracaju; **b)** Distrito Federal; **c)** três (3) cidades: Goiânia, Vitória, Campo Grande.

TABELA 17 – ÍNDICE DE PREÇOS

Índice	Entidade Elaboradora	Período de Coleta: dias	Base Geográfica	Renda Familiar	Uso Principal
1) IPCA ⁽¹⁾	IBGE	1 a 30 (mês civil)	11 Capitais (*)	1 a 40 SM	Inflação oficial do País Tem ampla aplicação.

4.2. Meta da Inflação

O regime de metas de inflação foi implantado em 1999. Nesse procedimento, as autoridades monetárias: Comitê de Política Monetária-COPOM, Conselho Monetário Nacional-CMN, Banco Central e Ministério da Fazenda – definem para o ano seguinte um valor limite para a inflação (meta), com oscilação para cima ou para baixo de, anteriormente 2 pontos para 1,5 pontos no ano de referência, o posicionamento das autoridades visa o cumprimento da meta.

O valor da inflação definido na meta é obtido das análises do desempenho da economia no ano anterior, das tendências do mercado externo, das oscilações da demanda agregada e das variações de preços básicos (commodities agrícolas, petróleo, indústria extrativa mineral e siderurgia).

(1) IPCA - Preços ao Consumidor Amplo

4. NÍVEL DE PREÇOS

4.3. Taxa de Inflação

A inflação de março/2021 conforme o IBGE atingiu 0,93%, aumento expressivo em relação ao mesmo mês de 2020 (março/2020: 1º mês da pandemia no Brasil). A meta de inflação do BC para 2021 é de 3,75%, abaixo de 2020, que foi 4,0%. Projeções atuais indicam maior inflação para 2021 no 1º sem. e menor inflação no 2º sem. Os motivadores principais da inflação de março/2021 foram os segmentos de: a) Transportes: 3,81%; b) Habitação: 0,81%; c) Artigos de residência: 0,69%.

Ainda não foi aprovada pelo Legislativo em janeiro/2021 o Auxílio Emergencial-AE, que exerceu importante contribuição no aquecimento da demanda de bens da "cesta básica" em 2020. O aquecimento do AE em 2020 contribuiu para ampliar o Consumo das Famílias mas, de alguma forma, também resultou em adicional de preços no 4.0 trim./2020.

Em 2021, em janeiro, houve saque líquido das contas de poupanças (retiradas maiores que os depósitos) que chegaram a R\$ 18 bilhões, com a ausência do AE, a queda no poder de compra e consumo, e os gastos tributários da população de início de ano.

Ainda há grandes expectativas em relação as intenções do governo federal de aprovar e implementar duas categorias de reformas: uma reforma fiscal-tributária e uma reforma administrativa. Considerando que percentuais da inflação surgem na esteira dos custos adicionais vinculados à tributação e custos administrativas, as mudanças poderão contribuir para sua redução.

Devido à redução da renda e elevação dos gastos das famílias da classe média brasileira, uma pesquisa do Instituto Locomotiva de novembro/2020, informava que esses consumidores reduziram em R\$ 247 bilhões no ano seus gastos em bens e serviços. No entanto, a queda nos juros (SELIC) e seus impactos no sistema financeiro imobiliário expandiram a demanda de imóveis, gerando efeitos multiplicadores diretos e indiretos, incluindo o ramo de mobiliário em geral.

TABELA 18 – TAXA DE INFLAÇÃO E META DE INFLAÇÃO				
Período	Brasil			Meta de Inflação (%)
	IPCA (IBGE) (%)			
2012	6,20			4,5
2013	5,56			4,5
2014	6,41			4,5
2015	10,67			4,5
2016	6,29			4,5
2017	2,95			4,5
2018	3,75			3,75
2019	4,31			4,31
	Variação mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses	
2020		4,56		4,0
Mar	0,07	0,53	3,30	
Abr	-0,31	0,22	2,40	
Mai	-0,38	-0,16	1,88	
Jun	0,26	0,1	2,13	
Jul	0,36	0,46	2,31	
Ago	0,24	0,7	2,44	
Set	0,64	1,34	3,14	
Out	0,86	2,22	3,92	
Nov	0,89	3,13	4,31	
Dez	1,35	4,52	4,52	
2021				3,75
Jan	0,25	0,25	4,30	
Fev	0,86	1,11	4,95	
Mar	0,93	2,05	5,25	

Tabela 18.A – Maiores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Março)	
Transportes	3,81
Habitação	0,81
Artigos de Residência	0,69

Tabela 18.B – Menores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Março)	
Educação	-0,52
Comunicação	-0,07
Saúde e Cuidados Pessoais	-0,02

Tabela 18.C – Maiores aumentos por localidades – Brasil (Março)	
Belo Horizonte	1,46
Brasília	1,44
Porto Alegre	1,33

Tabela 18.D – Menores aumentos por localidades – Brasil (Março)	
São Paulo	0,62
Curitiba	0,70
Salvador	0,72

5. TAXA DE JUROS E POUPANÇA

A taxa SELIC/Banco Central no mês de março aumentou para 2,75%, quebrando a sequência vigente desde agosto /2020. No entanto, no bimestre junho e julho/2020, a taxa SELIC estava em 2,25%, valor menor que o aprovado em março/2021. A SELIC anterior, em 2,0%, equivale a uma taxa real de juros, sem inflação, abaixo de 1,00%, mais adequada ao padrão vigente em países desenvolvidos. É um indicador que pode contribuir para melhoria da gestão da oferta de crédito a médio prazo e também para a administração da dívida pública.

Os níveis dos juros SELIC em 2,0% vinham contribuindo para elevar a demanda de créditos para financiamento imobiliário vinculado ao antigo SFH/BNH, e muito associado ao aumento nos depósitos nas contas de poupanças. Os níveis atuais de juros ainda podem contribuir para aquecimento na indústria da construção civil, na elevação do emprego em setor que é grande absorvedor de mão-de-obra, e também para o comércio de materiais de construção.

Por outro lado, as taxas de rentabilidade da poupança, desde junho/2020, estão abaixo de 0,20%. A rentabilidade no período jan-mai /2020 foi superior a 0,20%.

2018		2019		2020		2021	
Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)
Jan	7,00	Jan	6,50	Jan	4,50	Jan	2,0
Fev	6,75	Fev	6,50	Fev	4,25	Fev	2,0
Mar	6,50	Mar	6,50	Mar	3,75	Mar	2,75
Abr	6,50	Abr	6,50	Abr	3,75	Abr	
Mai	6,50	Mai	6,50	Mai	3,00	Mai	
Jun	6,50	Jun	6,50	Jun	2,25	Jun	
Jul	6,50	Jul	6,50	Jul	2,25	Jul	
Ago	6,50	Ago	6,00	Ago	2,00	Ago	
Set	6,50	Set	5,50	Set	2,00	Set	
Out	6,50	Out	5,50	Out	2,00	Out	
Nov	6,50	Nov	5,00	Nov	2,00	Nov	
Dez	6,50	Dez	4,50	Dez	2,00	Dez	

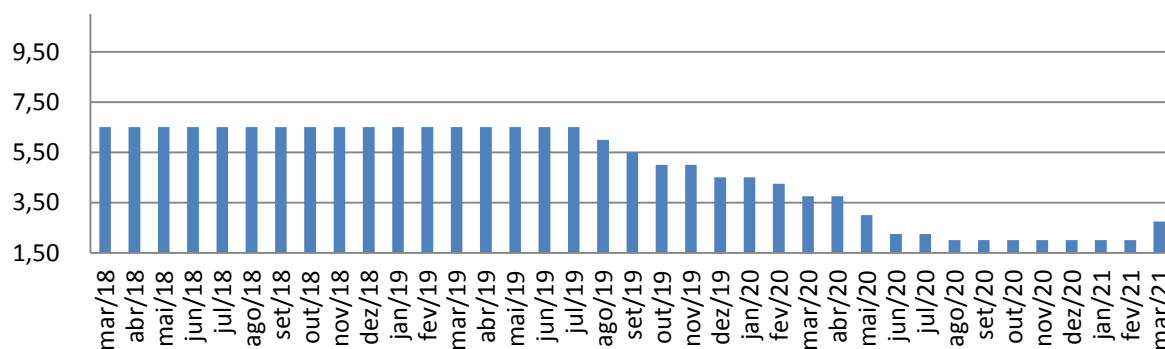
Mês	2020	2021
	Rentabilidade	Rentabilidade
Jan	0,2588	0,1159
Fev	0,2588	0,1159
Mar	0,2446	0,1159
Abr	0,2162	
Mai	0,2162	
Jun	0,1733	
Jul	0,1303	
Ago	0,1303	
Set	0,1159	
Out	0,1159	
Nov	0,1159	
Dez	0,1159	

Fonte: www.bcb.gov.br – (Sistema de metas para a inflação – Copom) (Consulta em 19/03/2021)

Fonte: www.bcb.gov.br (Economia e Finanças – Séries Temporais – Acesso ao Sistema de Séries Temporais – Mercados Financeiros e de Capitais – Aplicações Financeiras – Caderneta de Poupança – Rentabilidade no Período) (Consulta: 19/03/2021)

(*) A rentabilidade, TR+0,5% a.m., refere-se a cadernetas com aniversário no primeiro dia do mês posterior ao assinalado (maior concentração)

EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS (SELIC) - 2018 a 2021



6. MERCADO DE AÇÕES

O Índice IBOVESPA de março/2021 atingiu 116.633 pontos, recuperação muito boa, considerando que de março a junho/2020 o índice esteve abaixo de 100.000 pontos, um pequeno aumento em julho acima de 100.000, e caindo em seguida de agosto a outubro. A partir de novembro/2020, inicia a superação dos 100.000 pontos, até chegar a março/2021.

A pandemia do covid-19 a partir de março/2020, em todo o ano de 2020, e os respectivos efeitos e oscilações com restrições, fechamentos do comércio, lockdowns, afetaram tanto a economia brasileira e como também as economias de países do exterior, incluindo aí aqueles considerados como desenvolvidos.

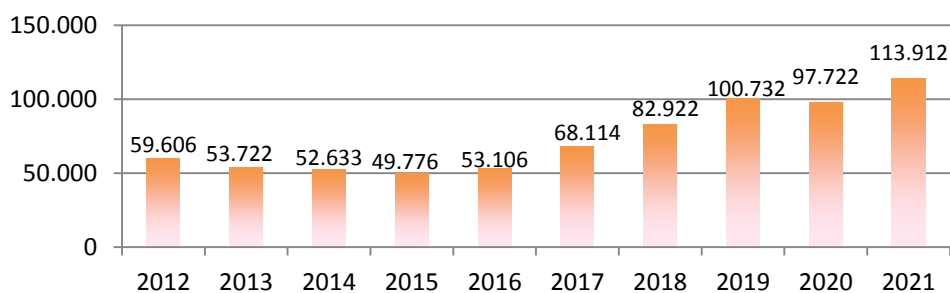
O governo brasileiro anunciou em vários momentos, em 2020, a intenção de privatizar empresas públicas e efetuar vendas de ações. Foi proposta bem assimilada por empresários nacionais e investidores do exterior. Igualmente, o Poder Legislativo concordou com as premissas iniciais, considerando a necessidade de expansão de recursos financeiros para o governo federal, via privatização. No entanto, alguns pressupostos apresentaram carências, prejudicando o processo.

Um segmento que desde junho ganhou espaço nas preferências dos consumidores foi o de investimentos imobiliários e aplicações em fundos imobiliários associado à queda nos juros. A realidade econômica abriu espaço para aplicações em imóveis, conforme a dimensão dos centros urbanos e o quase esgotamento do estoque de imóveis disponíveis no mercado para venda no mercado. Ainda mais por que na construção civil os prédios de apartamentos consome um prazo de até dois anos, desde a localização, tipo do produto a ser lançado, autorização legal para início de vendas, até a conclusão da obra. Considere-se ainda a grande importância da construção civil para os empregos, diretos e indiretos.

TABELA 21 – BOLSA DE VALORES

Período	Índice Bovespa (Pontos) (1)	Variação Percentual (%)	Índice Nasdaq (Pontos)	Variação Percentual (%)	Índice Dow Jones (Pontos)	Variação Percentual (%)
2016	53.106	6,69	5.016	1,69	18.027	3,08
2017	68.114	28,26	6.293	25,46	21.938	21,69
2018	82.922	21,74	7.406	17,68	24.996	13,94
2019	100.732	21,48	8.014	8,21	26.556	6,24
2020	97.722	-2,99	10.295	-22,16	26.706	0,58
Mar	73.019	-29,90	7.700	-10,12	21.917	-13,74
Abr	80.505	10,25	8.889	15,45	24.345	11,08
Mai	87.402	8,57	9.489	6,75	25.383	4,26
Jun	95.055	8,76	10.058	5,99	25.812	1,69
Jul	102.912	8,27	10.745	6,83	26.428	2,38
Ago	99.369	-3,44	11.775	9,59	28.430	7,57
Set	94.603	-4,80	11.167	-5,16	27.781	-2,28
Out	93.952	-0,69	10.911	-2,29	26.501	-4,61
Nov	108.893	15,90	12.198	11,80	29.638	11,84
Dez	119.017	9,30	12.888	5,65	30.606	3,27
2021	--	--	--	--	--	--
Jan	115.067	-3,32	13.070	1,42	29.982	-2,04
Fev	110.035	-4,37	13.192	0,93	30.932	3,17
Mar	116.633	6,00	13.246	0,41	32.981	6,62

IBOVESPA - MÉDIA ANUAL



Fontes: www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/ - (Consulta em 01/04/2021)
<https://br.investing.com/indices/nasdaq-composite-historical-data> - (Consulta em 01/04/2021)
<https://br.investing.com/indices/us-30-composite-historical-data/> (Consulta em 01/04/2021)

(1) Cálculo anual com base na média do ano.

Índice Dow Jones: um dos principais indicadores do mercado dos EUA. Corresponde ao valor avaliado de trinta grandes ações industriais, cujos negócios passam pela Bolsa de Nova York. Empresas que compõem este índice são: General Motors, Goodyear, IBM e Exxon.

Índice Nasdaq: é um mercado de ações automatizado dos EUA, onde estão mais de 2.800 ações de diferentes empresas, na maioria de pequena e média capitalização. É o 2.º maior mercado de ações em capitalização de mercado do mundo, depois da Bolsa de Nova York.

7. RISCO- PAÍS-RP

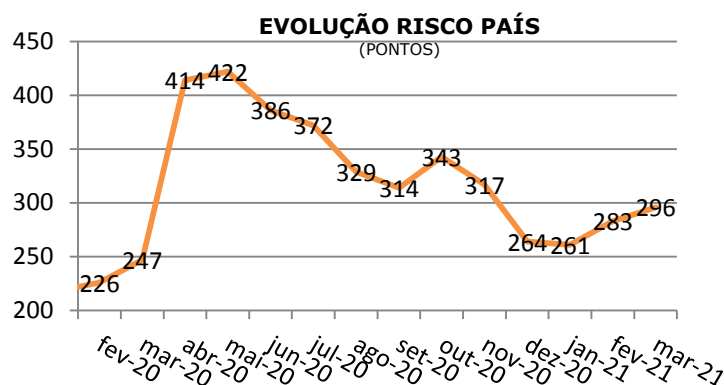
No mês de março/2021, o RP do Brasil atingiu 296 pontos, continuando a sequência de aumentos desde janeiro/2021. Quanto menor o RP, melhor o indicador, sinalizando tendência de estabilidades econômica, política, institucional e social. A ocorrência da pandemia do *coronavírus* e os seus múltiplos efeitos, além de declarações de grupos políticos, contribuíram para afetar os indicadores do grau de confiança dos investidores em relação ao desempenho futuro da economia brasileira.

O risco-país (RP) é um indicador cujo objetivo é mostrar o grau de confiança dos investidores em relação à capacidade de pagamento das dívidas de um país. Quanto menor a possibilidade de honrar suas dívidas ou menor o grau de segurança proporcionado aos investidores, será maior o RP, ou seja, de não honrar débitos e, em decorrência, terá que pagar juros maiores aos adquirentes de seus títulos. Quanto maior o RP, maior a instabilidade econômica do país pesquisado. Desde que menor o RP, maior será a estabilidade econômica.

O maior valor do RP no Brasil foi 2.436 pontos, em setembro/2002, próximo das eleições presidenciais naquele ano; o menor foi 136 pontos em janeiro/2013. Possui características mais conjunturais que estruturais vinculadas às circunstâncias e perspectivas dominantes na mensuração.

Ainda há um grande espaço a ser percorrido para melhorar as tendências de estabilidade. No entanto, a crise do *coronavírus* gera uma série de interrogações.

TABELA 22 – RISCO PAÍS		
Período	Risco País (*) (pontos)	Variação (%)
2010	204	-33,33
2011	193	-10,29
2012	189	3,51
2013	207	9,41
2014	230	11,11
2015	336	46,27
2016	392	16,55
2017	271	-30,84
2018	273	0,74
2019	245	-10,85
2020	321	30,66
Fev	226	3,67
Mar	247	9,29
Abr	414	83,19
Mai	422	70,85
Jun	386	-6,76
Jul	372	-11,85
Ago	329	-14,77
Set	314	-15,59
Out	343	4,26
Nov	317	0,96
Dez	264	-23,03
2021	--	--
Jan	261	-1,14
Fev	283	8,43
Mar	296	4,59



(*) Os valores mensais referem-se ao primeiro dia útil do mês. //Fonte: www.ipeadata.gov.br (Consulta em 19/03/2021)

8. VARIAÇÕES CAMBIAIS DO DÓLAR (US\$) E EURO (EUR)

A cotação do US\$ em março/2021 (BC) atingiu R\$ 5,58 (BC). A valorização do US\$ tem condições de incentivar exportações do Brasil (US\$ com maior poder de compra), mas prejudica o custo das importações e dos bens de capital (estes extremamente importantes na importação de máquinas e modernização tecnológica).

Podem surgir restrições via limitações relacionadas ao *coronavirus* (Covid-19) e que comprometem o consumo interno, reduzem o poder de compra e afeta diversos aspectos da economia brasileira, dos insumos para a indústria de transformação nacional, especialmente o preço dos importados.

Em relação ao EURO, a cotação cambial dessa moeda em março/2021, em relação ao Real, atingiu R\$ 6,72 por EURO.

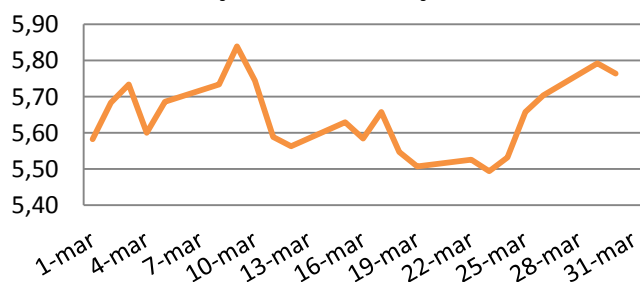
A ociosidade na indústria de transformação interna impediu, especialmente entre março a junho, a expansão de preços. Foi o período em que houve o maior volume de estoques na indústria (produzido, mas não vendido). A partir de julho-agosto, as vendas iniciaram uma melhora, mas ainda não o suficiente para recuperar a fase crítica.

A adoção de inovações e modernização no processo produtivo permitiu gerar bens de maior valor agregado e de faturamento superior ao obtido via *commodities*.

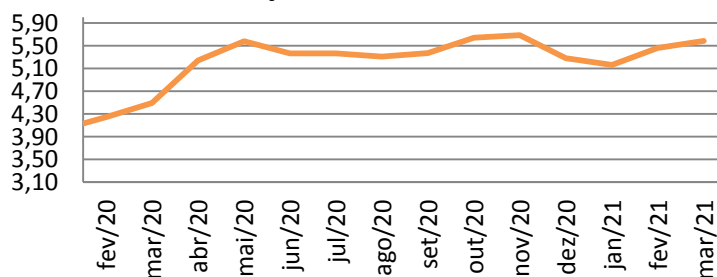
TABELA 23 – VARIAÇÃO DO DÓLAR E EURO (*)

Período	2017 (R\$)		2018 (R\$)		2019 (R\$)		2020 (R\$)		2021 (R\$)	
	DÓLAR	EURO	DÓLAR	EURO	DÓLAR	EURO	DÓLAR	EURO	DÓLAR	EURO
Jan	3,2723	3,4264	3,2691	3,9350	3,2723	3,4264	3,2691	3,9350	5,162	6,3338
Fev	3,1473	3,3830	3,1724	3,9471	3,1473	3,3830	3,1724	3,9471	5,4602	6,5976
Mar	3,0897	3,2714	3,2614	3,9714	3,0897	3,2714	3,2614	3,9714	5,5826	6,7259
Abr	3,1161	3,3196	3,3098	4,0664	3,1161	3,3196	3,3098	4,0664		
Mai	3,1718	3,4601	3,5418	4,2371	3,1718	3,4601	3,5418	4,2371		
Jun	3,2301	3,6216	3,7407	4,3680	3,2301	3,6216	3,7407	4,3680		
Jul	3,3009	3,7518	3,9049	4,5309	3,3009	3,7518	3,9049	4,5309		
Ago	3,1154	3,6755	3,7485	4,3723	3,1154	3,6755	3,7485	4,3723		
Set	3,1327	3,7201	4,1273	4,7951	3,1327	3,7201	4,1273	4,7951		
Out	3,1636	3,7150	4,0267	4,6569	3,1636	3,7150	4,0267	4,6569		
Nov	3,2730	3,8068	3,6968	4,2125	3,2730	3,8068	3,6968	4,2125		
Dez	3,2630	3,8702	3,8279	4,3408	3,2630	3,8702	3,8279	4,3408		

Evolução do Dólar - Março de 2021



Evolução do Dólar - 2020 a 2021



Fonte: www.bc.gov.br – (Câmbio e Capitais Internacionais – Taxas de câmbio – Cotações e boletins) (Consulta em 01/04/2021)

(*) Cotações com base no valor de compra do dólar no primeiro dia útil do mês, conforme Banco Central.

II. ATIVIDADE EMPRESARIAL*

9. INDICADORES RELATIVOS AO COMÉRCIO E CONSUMIDORES

O índice de confiança da sondagem do comércio da FGV é obtido via média aritmética de seus componentes: 1) volume de demanda atual; 2) situação atual dos negócios; 3) vendas previstas nos três meses seguintes e 4) situação dos negócios nos seis meses seguintes.

9.1. Sondagem do Comércio/FGV

a) Índice de Confiança do Comércio-ICC

O ICC atingiu 72,5 pontos em março. Valor que pode ser influenciado pela queda nas vendas, incertezas econômicas para 2021 e a ausência do novo Auxílio Emergencial-AE. O crescimento da covid-19, as suas novas cepas, as restrições de circulação, também contribuíram para a queda. A melhora dependerá do controle da pandemia e do sucesso do Programa Nacional de Vacinação.

b) Índice de Expectativas do Comércio- IEC

O IEC atingiu 70,2 pontos em março, menor valor desde maio de 2020. Queda de 25,7 pontos influenciados pela explosão dos números da covid-19, que tem contribuído, de forma direta e indireta, para deteriorar a confiança dos empresários.

9.2. Sondagem do Consumidor / FGV

a) Índice de Confiança do Consumidor-ICC

O índice em março caiu em relação a fevereiro: atingiu 68,2 pontos. Queda atrelada aos demais indicadores, principalmente devido às incertezas quanto a manutenção do emprego.

b) Índice de Expectativas

Caiu em março para 72,5 pontos. Esse indicador vem influenciando o consumo das famílias e seu poder de consumo, principalmente quando o Auxílio Emergencial ainda não foi aprovado. Dado que o indicador influencia o nível de confiança dos consumidores, as perspectivas negativas aumentam as apreensões quanto aos seus gastos e sua capacidade de pagamento.

TABELA 24 – Índices Sondagem COMÉRCIO FGV

Meses	Índice de Confiança	Mês do ano anterior	Índice de Expectativas	Mês do Ano anterior
Set/20	99,6	96,7	92,4	101,9
Out/20	95,8	97,4	86,6	101,6
Nov/20	93,5	96,6	87,5	100,5
Dez/20	91,7	96,8	90,1	100,6
Jan/21	90,8	98,1	92,1	104,4
Fev/21	91,0	99,8	95,9	107,0
Mar/21	72,5	88,1	70,2	82,7

Fonte: <http://portalibre.fgv.br/> (acesso em 30/03/2021)

TABELA 25 – Índices Sondagem CONSUMIDOR FGV

Meses	Índice de Confiança	Mês do ano anterior	Índice de Expectativas	Mês do ano anterior
Set/20	83,4	89,9	91,5	99,1
Out/20	82,4	89,6	90,2	98,5
Nov/20	81,7	89,6	89,3	97,7
Dez/20	78,5	91,6	85,6	100,3
Jan/21	75,8	90,4	82,1	98,9
Fev/21	78,0	87,8	84,8	93,2
Mar/21	68,2	80,2	72,5	83,9

9.3. Índice Confiança do Empresário do Comércio – ICEC da CNC (escala: 0 a 200)

a) O ICEC/CNC de março atingiu 103,6 pontos. Este valor mostra que o empresário tem queda de confiança na economia, com dificuldades no faturamento, dólar alto, restrições dos horários de funcionamento e lockdowns em várias regiões. Dentre alternativas para o empresário estariam: o sucesso do Programa Nacional de Imunização e reativação do consumo via Auxílio Emergencial.

9.4. Intenção de Consumo das Famílias - ICF/ CNC (escala 0 a 200)

b) Em março de 2021, a ICF atingiu 73,68 pontos. Manteve sequência das taxas negativas- abaixo de 100, e que mostra os cuidados do consumidor quanto aos seus gastos.

TABELA 26 – Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec - CNC) Escala: 0 - 200

Meses	Índice (sem ajuste sazonal)
Set/20	91,6
Out/20	103,1
Nov/20	108,0
Dez/20	108,5
Jan/21	105,8
Fev/21	104,5
Mar/21	103,6

TABELA 27 – Intenção de Consumo das Famílias (ICF - CNC) Escala: 0 - 200

Meses	Índice (sem ajuste sazonal)
Set/20	67,6
Out/20	68,7
Nov/20	69,8
Dez/20	72,1
Jan/21	73,6
Fev/21	74,2
Mar/21	73,8

Fonte: www.cnc.org.br (acesso: 30/03/2021)

* Os dados da Pesquisa do Comércio do PR estão em: www.fecomerciopr.com.br/servicos/pesquisas/pesquisa-conjuntural.

10. ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ

Os números de fevereiro/2021 indicam abertura de 23.879 empresas no Paraná. As cidades com mais empresas criadas em Fev./2021 foram: Curitiba, Cascavel e São José dos Pinhais.

Devido características específicas, tradicionalmente, em dezembro, a abertura de novas empresas é menor, fase em que as programações dos empresários se voltam para identificar perspectivas do ano seguinte. No final do ano, surgem indicativos das intenções futuras de governo e possíveis alterações nas políticas econômicas. Dentre as empresas abertas, tem predominado as micros e pequenas, incluindo-se aí as MEIs (micro empresas individuais).

TABELA 28 – ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ (Conforme Natureza Jurídica)

Período	Empresário (1)	EIRELI (2)	Soc. Empresarial (3)	S/A	Cooperativa	Outros	TOTAL
2012	19.348	2.392	28.774	901	186	142	51.743
2013	19.109	3.864	28.431	758	186	79	52.436
2014	16.056	4.836	23.901	653	206	69	45.721
2015	27.347	7.975	28.897	753	186	40	65.198
2016	14.380	6.465	18.151	317	146	30	39.489
2017	15.894	7.738	18.966	426	146	34	43.204
2018	15.758	8.934	20.237	563	269	49	45.810
2019	17.887	10.014	23.907	623	350	42	52.823
2020	11.515	5.838	35.975	617	249	98	54.292
Fev	1.157	568	2.533	55	17	5	4.335
Mar	1.132	545	2.570	58	18	8	4.331
Abr	605	295	1.565	20	20	6	2.511
Mai	881	456	2.350	34	13	5	3.739
Jun	909	442	2.749	46	22	3	4.171
Jul	1.089	569	3.467	52	25	6	5.208
Ago	1.098	586	3.689	43	12	10	5.438
Set	1.068	556	3.798	84	31	9	5.546
Out	980	512	3.974	80	26	12	5.584
Nov	922	530	4.242	41	19	17	5.771
Dez	683	310	2.998	58	26	9	4.084

TABELA 28.2 – ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ (Municípios com Maior Número de Empresas criadas)

Município	2020	Jan/21	Fev/21
Curitiba	42.617	5.841	5.687
Cascavel	1.271	771	776
São José dos Pinhais	1.016	931	881
Ponta Grossa	865	669	649
Londrina	775	440	436
Francisco Beltrão	712	167	182
Guarapuava	695	336	325
Arapongas	642	222	276
Paranavaí	601	157	185
Pato Branco	538	231	232

Fonte: www.jucepar.pr.gov.br – (Relatório estatístico – Novas empresas) (Consulta em 05/04/2021).

(1) Empresário corresponde a antiga firma individual (sem sócios)

(2) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

(3) Sociedade Empresarial relaciona-se a um grupo empresarial.

TABELA 28.1 – ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ (Nova classificação)

Período	Consorcio	Cooperativa	EIRELI	Empresário MEI	Empresário Não MEI	LTDA	S/A Aberta	S/A Fechada	Outros	TOTAL
2021	11	49	826	38.094	1.982	7.560	33	84	2	48.641
Jan	5	29	375	19.802	951	3.552	5	43	0	24.762
Fev	6	20	451	18.292	1.031	4.008	28	41	2	23.879

10.1. ABERTURA DE EMPRESAS NO BRASIL

Para a economia brasileira, os dados abaixo, obtidos via SERASA, apresentam os números da abertura de empresas distribuídas por: região geográfica, setor de atividade, tipo de natureza jurídica, e total. Em dezembro 2020, houve queda do número de empresas abertas no Brasil, em comparação com o período (jul. a nov.), atingindo 233.283 no total do mês. Neste indicador, o maior número por Setor foi no setor de "Serviços", com 154.933 unidades.

TABELA 29: Brasil – ABERTURA DE EMPRESAS NO BRASIL Indicador abertura de Empresas

2020	Região					Setor				Natureza Jurídica				TOTAL
	N	NE	SE	S	CO	Comércio	Indústria	Serviços	Demais	MEI	Empresa Individual	Soc. Ltda.	Demais	
Jan	15.626	52.917	166.455	56.511	29.003	70.932	23.523	221.987	4.070	258.180	12.691	24.835	24.806	320.512
Fev	13.261	41.786	139.521	50.460	25.193	59.061	19.701	188.415	3.044	212.292	12.301	24.121	21.507	270.221
Mar	16.361	47.980	156.579	50.386	26.964	63.789	22.391	208.066	4.024	236.550	11.066	26.983	23.671	298.270
Abr	11.210	30.818	99.643	34.382	18.829	42.265	16.090	134.210	2.317	165.018	4.889	13.913	11.062	194.882
Mai	10.776	30.131	110.868	44.259	23.715	55.960	17.242	143.423	3.124	172.307	7.800	21.885	17.757	219.749
Jun	15.709	40.145	145.225	49.938	26.840	75.976	21.718	176.351	3.812	216.709	9.925	28.443	22.780	277.857
Jul	17.318	52.914	172.201	53.881	29.315	91.650	25.025	204.973	3.981	259.556	4.905	34.814	26.354	325.629
Ago	16.820	54.551	170.783	55.310	27.983	90.976	25.214	204.499	4.758	250.933	13.962	41.678	18.874	325.447
Set	16.247	52.993	167.790	58.032	27.161	93.195	24.276	200.992	3.760	258.271	17.468	31.945	14.539	322.223
Out	15.333	50.518	163.546	56.612	25.581	83.293	23.702	201.530	3.065	253.371	4.660	39.565	13.994	311.590
Nov	14.112	47.545	152.367	53.333	24.911	77.147	22.060	189.258	3.803	231.927	4.550	40.335	15.456	292.268
Dez	11.738	42.191	119.790	39.243	20.321	59.310	16.342	154.933	2.698	177.197	9.462	34.134	12.490	233.283

Fonte: www.serasaexperian.com.br – indicadores econômicos – Nascimento de empresas (Consulta em 19/03/2021)

11. FALÊNCIAS DECRETADAS NO BRASIL

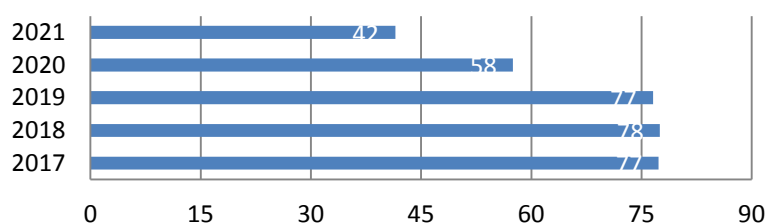
Em fevereiro/2021, o índice de falências foi 44 (em janeiro foi 39). O índice de falências tende a refletir os perfis e as heterogeneidades temporais, regionais ou setoriais, ou ainda as oscilações conjunturais que influenciam comportamentos de: agentes econômicos, consumidores, e capacidades de regularização ou quitação de débitos anteriores.

O Índice de falências pode ser visto como indicador importante do sucesso (ou não) das políticas econômicas do governo federal (mas sem considerar situações excepcionais de pandemias, como as vivenciadas ainda em 2021). Constituem informações importantes verificar níveis: de emprego, poder de compra do mercado, juros cobrados do setor empresarial e dos consumidores (incluindo *spreads*), taxas de juros do BC e inflação, dentre outros. Poderia sinalizar a conveniência de mudanças ou adequação das políticas de governo às diversidades ou alterações nos espaços geoeconômicos, conjunturais e culturais do país. O comércio vem adotando precauções e procedimentos seletivos e modernizações nos processos de vendas, e também praticando renegociações com devedores visando reduzir inadimplências ou abrindo oportunidades para facilitar pagamento de dívidas. Em muitos casos, é muito importante a manutenção do consumidor e cliente com condições de compra.

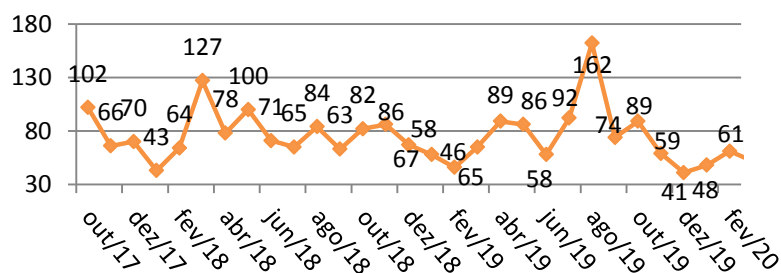
TABELA 30 – FALÊNCIAS NO BRASIL

Período	Índice*
2012	57
2013	62
2014	62
2015	69
2016	60
2017	77
2018	78
2019	77
2020	59
Jan	48
Fev	61
Mar	52
Abr	37
Mai	51
Jun	77
Jul	73
Ago	68
Set	60
Out	48
Nov	55
Dez	60
2021	42
Jan	39
Fev	44

FALÊNCIAS NO BRASIL
(Índice médio anual)



EVOLUÇÃO DAS FALÊNCIAS NO BRASIL



Fonte: www.serasa.com.br - (Empresas - Índices econômicos - Falências). (Consulta em 05/04/2021)
Valores representam a média anual de falências.

12. CRÉDITO: DEMANDA E INADIMPLÊNCIA

12.1. Demanda de Crédito

A demanda de crédito em fevereiro/2021 foi 163,5 pontos, um aumento de 13,7% se comparado ao mesmo período do ano anterior.

A **elevação da demanda de crédito** pode indicar: a) esgotamento da capacidade de endividamento (ou pagamento) do consumidor, que o leva a buscar financiamentos adicionais; b) maior dependência de financiamentos para efetivar consumo; c) quedas em emprego, renda, massa de salários e poder de compra; d) dificuldade do consumidor regularizar empréstimos; e) incertezas do mercado de trabalho e receio do desemprego; f) e expectativas negativas para o futuro, o que pode ocorrer em um ambiente de pandemia.

Por outro lado, a **queda na demanda de crédito** pode indicar: a) superação de dificuldades pelo consumidor que permitem não depender de créditos/empréstimos no mercado; b) maior renda e capacidade de pagamento; c) a intenção do consumidor de não recorrer às compras financiadas devido a melhoria de renda; d) taxas de juros muito altas; e) necessidade de priorizar a regulação de dívidas anteriores; f) comprometimento da renda do consumidor é superior à sua capacidade de pagamento, o que o levaria a congelar empréstimos ou crédito; g) aumento do emprego e poder de compra; h) rejeição do consumidor a novos empréstimos.

Nesse momento, é importante ressaltar que um crescimento na demanda por crédito não está relacionado ao poder de compra e sim à necessidade de quitar dívidas, uma vez que a parcela mais afetada pela crise da pandemia da covid-19 é a população de menor renda.

TABELA 31 – INDICADOR SERASA EXPERIAN DE DEMANDA DO CONSUMIDOR POR CRÉDITO (MÉDIA DE 2008 = 100)

Ano: 2020/2021	Região					Renda Pessoal Mensal						Total
	CO	N	NE	S	SE	até R\$ 500	R\$ 500 a R\$ 1.000	R\$ 1.000 a R\$ 2.000	R\$ 2.000 a R\$ 5.000	R\$ 5.000 a R\$ 10.000	mais de R\$ 10.000	
Jan/20	177,0	189,6	194,3	158,9	154,7	226,3	167,1	156,9	151,6	151,8	154,2	165,4
Fev/20	151,4	170,3	169,5	136,5	134,8	196,1	145,1	136,5	132,3	133,0	134,9	143,8
Mar/20	133,1	157,1	153,9	129,8	126,0	176,8	132,7	128,2	124,1	125,5	127,5	133,3
Abr/20	117,4	133,9	131,1	110,9	109,8	155,7	115,7	109,9	106,4	107,1	108,9	115,2
Mai/20	139,7	153,4	144,8	127,8	123,1	175,1	130,6	124,3	121,7	123,0	125,3	130,4
Jun/20	151,7	182,7	164,6	142,2	140,7	198,9	149,0	140,6	136,6	137,4	139,7	147,8
Jul/20	169,4	211,7	200,8	155,8	163,5	236,0	172,6	161,5	156,8	158,2	160,1	170,9
Ago/20	172,6	199,9	194,8	157,0	159,2	228,9	169,4	158,8	153,9	154,4	156,1	167,6
Set/20	183,7	219,3	210,5	162,8	169,1	249,5	180,4	167,7	162,5	163,4	166,2	178,2
Out/20	193,1	224,5	224,0	173,7	174,3	261,6	188,8	175,3	168,7	168,7	170,7	186,2
Nov/20	193,8	226,9	212,3	165,9	168,2	252,9	182,2	169,0	164,1	164,9	166,6	179,9
Dez/20	194,6	231,9	221,4	169,5	175,1	262,6	188,6	174,5	169,0	169,4	170,6	185,9
Jan/21	187,7	222,7	233,8	164,7	171,2	261,3	186,4	172,3	167,4	167,8	170,8	183,9
Fev/21	163,3	198,0	213,1	141,0	153,1	232,5	164,8	153,4	150,2	150,9	153,4	163,5

Fonte: www.serasa.com.br – (Índices Econômicos – Demanda do Consumidor por Crédito) - Consulta em 05/04/2021

12.2. Inadimplência

Inadimplente é o consumidor que atrasa pagamento de dívidas por mais de três meses ou noventa (90) dias. Em dezembro/2020, a inadimplência no Brasil caiu em relação aos dados disponíveis anteriormente em abril/2020 onde atingiu 111,6 pontos, conforme o Índice Boa Vista. As séries encadeadas têm como base a média de 2011=100 e passam por ajuste sazonal para avaliação da variação mensal. Vale destacar que, em abril, as regiões com menores índices de inadimplência foram Sudeste (105,9) e Norte (113,0). A seguir, apresenta-se a inadimplência via índice Boa Vista. O indicador é elaborado a partir da quantidade de novos registros negativos informados pelas empresas devido o não pagamento de compromissos financeiros firmados.

TABELA 32 – REGISTRO DE INADIMPLÊNCIA BOA VISTA- Inclusões sazonalizadas

Base 2011=100	REGIÕES					
	CO	N	NE	S	SE	BR
Jan/20	115,9	112,3	107,2	104,7	90,0	98,0
Fev/20	106,0	101,5	102,8	100,9	89,2	94,9
Mar/20	117,2	103,8	109,5	116,2	103,4	107,2
Abr/20	121,0	113,0	118,1	122,1	105,9	111,6
Mai/20	-	-	-	-	-	97,0
Jun/20	-	-	-	-	-	68,5
Jul/20	-	-	-	-	-	82,7
Ago/20	-	-	-	-	-	81,7
Set/20	-	-	-	-	-	82,0
Out/20	-	-	-	-	-	64,9
Nov/20	-	-	-	-	-	52,6
Dez/20	-	-	-	-	-	74,7

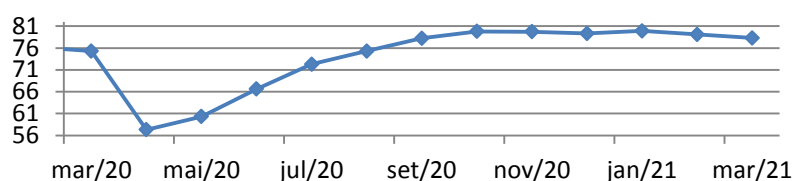
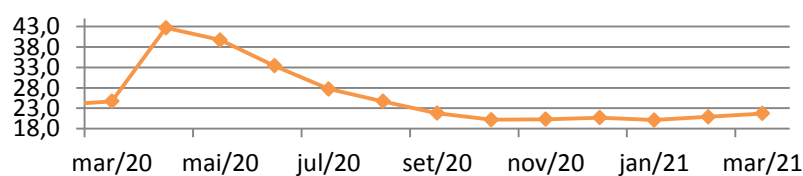
Fonte: www.boavistaservicos.com.br/economia/registro-de-inadimplencia - (Consulta em 06/04/2021). A instituição deixou de fornecer os dados por região.

13. NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA INSTALADA-NUCI, NA INDÚSTRIA

O NUCI de março/2021 foi 78,3%, menor índice desde Set. 2020. O índice de ociosidade do mês chegou a 21,7%. Houve um desaquecimento do NUCI nesse período principalmente influenciado pelo aumento dos números do coronavírus e as restrições atreladas ao mesmo. A ampliação da produção da indústria está vinculada à combinação de fatores como: nível de renda; poder de compra; massa de salários; elevação da demanda e, em decorrência, do PIB interno no mês. Destaca-se que devido a ociosidade da capacidade produtiva instalada e não utilizada, permitem que a demanda interna e o crescimento do PIB possam ser atendidos, inicialmente, sem novos investimentos, com a utilização da capacidade ociosa da indústria. A modernização do NUCI e inovações na indústria podem levar a expansões específicas na indústria interna. Ao governo caberá adotar políticas públicas para incentivar produção e demanda, estimular inovações e conter ociosidade. As diferenciações nos espaços regionais, setoriais, ou geográficos, podem contribuir para a melhoria específicas do NUCI. Muitas oscilações dependerão da superação da pandemia.

TABELA 33 - Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria (*)

Período	NUCI (%)	Ociosidade (%)
2014	83,4	16,6
2015	79,3	20,7
2016	74,6	25,4
2017	74,4	25,6
2018	75,8	24,3
2019	75,2	24,8
2020	73,0	27
Mar	75,3	24,7
Abr	57,3	42,7
Mai	60,3	39,7
Jun	66,6	33,4
Jul	72,3	27,7
Ago	75,3	24,7
Set	78,2	21,8
Out	79,8	20,2
Nov	81,8	18,2
Dez	80,2	19,8
2021	-	-
Jan	79,9	20,1
Fev	79,1	20,9
Mar	78,3	21,7

NUCI NO BRASIL**Ociosidade**

Fonte: <http://portalibre.fgv.br> - (Índice de sondagem da indústria) (Consulta 05/04/2021)/(*) Cálculo anual com base na média mensal do período.

A Tabela 34 do IBGE indica a produção física de cada um dos ramos da indústria

de transformação.

TABELA 34 - Produção Física Industrial, por seções e atividades industriais - Variação percentual acumulada no ano (Base: igual período do ano anterior) (%)

	2017	2018	2020	fev.-21
1 Indústria geral	2,5	1,1	-4,5	1,3
2 Indústrias extrativas	4,6	1,3	-3,4	-3,0
3 Indústrias de transformação	2,2	1,1	-4,6	1,9
3.10 Fabricação de produtos alimentícios	1,1	-5,1	4,2	-5,1
3.11 Fabricação de bebidas	0,8	-0,1	-0,2	-2,7
3.12 Fabricação de produtos do fumo	20,4	-4,0	10,1	5,4
3.13 Fabricação de produtos têxteis	5,6	-2,4	-6,6	13,1
3.14 Confeção de artigos do vestuário e acessórios	3,5	-3,3	-23,7	4,5
3.15 Preparação e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	1,3	-2,3	-18,8	1,7
3.16 Fabricação de produtos de madeira	1,9	3,3	-0,5	5,6
3.17 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3,3	4,9	1,3	4,5
3.18 Impressão e reprodução de gravações	-9,3	-1,3	-38,0	4,3
3.19 Fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	-4,1	1,0	4,4	-4,0
3.20B Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, perfumaria e higiene pessoal	2,2	1,4	2,7	-1,0
3.20C Fabricação de outros produtos químicos	0,3	-0,4	-0,5	6,8
3.21 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	-5,3	6,1	2,0	2,4
3.22 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	4,5	0,9	-2,5	8,3
3.23 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-3,1	0,4	-2,3	10,9
3.24 Metalurgia	4,7	4,0	-7,2	6,1
3.25 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-0,9	2,7	-0,2	13,2
3.26 Fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos	19,6	2,6	-1,6	-4,5
3.27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-3,5	-0,2	-2,6	9,8
3.28 Fabricação de máquinas e equipamentos	2,6	3,4	-4,2	18,1
3.29 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	17,2	12,6	-28,1	-1,6
3.30 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos	-10,1	-2,1	-29,1	-30,2
3.31 Fabricação de móveis	4,6	-0,3	-3,8	5,5
3.32 Fabricação de produtos diversos	3,6	-0,3	-16,7	4,0
3.33 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	6,3	-1,0	-16,0	-12,9

Fonte: www.ibge.com.br (Consulta em 05/04/2021)

III. SETOR PÚBLICO

14. ARRECADAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

A receita do governo federal em Fev./2021 (preços correntes) atingiu R\$ 127 bilhões, um aumento real de 4,3 em relação ao ano anterior e o melhor desempenho para o mês desde 2000. Esse resultado pode ser explicado por recolhimentos extraordinários de IRPJ e CSLL, pelo aumento das importações que elevou o pagamento de Impostos de Importação.

Variáveis sazonais influenciam, conforme o mês, a arrecadação do governo. No último trimestre de cada ano, tradicionalmente, ocorre expansão da receita do governo, associada ao aquecimento de vendas e negócios. Em janeiro ocorre, sazonalmente, a maior arrecadação mensal federal, devido ao recolhimento referente a dezembro, mês de maiores vendas. Por outro lado, as arrecadações referentes aos meses de fevereiro e março, também por características sazonais, tem se caracterizado por apresentarem menores receitas. No ano de 2020, devido a variável imprevista do surgimento do *coronavirus*, os meses de menores recolhimentos da receita federal coincidiram com período mais crítico da pandemia, o trimestre abril a junho.

A arrecadação federal ocorre sobre pessoas físicas e jurídicas, na forma de: a) impostos; b) taxas; c) contribuições; d) transferências; e) aluguéis; f) previdência social ⁽¹⁾; g) outras receitas: multas, vendas de imóveis públicos, etc. Destinam-se a financiar os gastos públicos, as políticas públicas, e a atuação da "máquina" pública e, simultaneamente, as despesas com juros da dívida pública.

Período	Valor a Preços Correntes	Valor a Preços de Fev/2021 (IPCA)	Variação %
2015	1.221.546	1.508.909	23,52
2016	1.289.904	1.509.785	17,05
2017	1.342.408	1.556.378	15,94
2018	1.457.114	1.630.167	11,88
2019	1.537.079	1.657.724	7,85
2020	1.479.390	1.543.231	4,32
Fev	116.430	122.479	5,20
Mar	109.718	115.337	5,12
Abr	101.154	106.666	5,45
Mai	77.415	81.945	5,85
Jun	86.258	91.068	5,58
Jul	115.990	122.019	5,20
Ago	124.505	130.662	4,95
Set	119.825	124.952	4,28
Out	153.938	159.155	3,39
Nov	140.101	143.572	2,48
Dez	159.065	160.834	1,11
2021	307.968	309.518	0,50
Jan	180.221	181.771	0,86
Fev	127.747	127.747	0,00

Imposto sobre importação	4.818
IPI Total	5.752
IR Total	35.476
IR Pessoa Física	1.788
IR Pessoa Jurídica	16.733
IR Retido na Fonte	16.956
IOF	3.252
COFINS	20.931
PIS / PASEP	6.206
CSLL	7.293
Cide - Combustíveis	34
Outras Receitas	1.878
Receita Previdenciária	35.925
Receita Administrada por Outros Órgãos	3.054
TOTAL DAS RECEITAS	127.747

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br (Consulta em 05/04/2020)

Componentes	2014	2015	2016	2017	2018
Produto Interno Bruto	5.687,31	5.904,33	6.259,23	6.583,32	6.889,18
Arrecadação Tributária Bruta	1.843,86	1.928,18	2.021,16	2.128,61	2.291,41
Carga Tributária Bruta	32,42%	32,66%	32,29%	32,33%	33,26%

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br - (Carga Tributária no Brasil 2018) (Consulta em 05/04/2021).

- (1) Contribuições à Previdência Social - CPS: É grande fonte de receita do Governo, raramente usada para financiar programas. Motivo: é considerada como contribuição para posterior devolução ao cidadão considerado aposentado. É arrecadação do governo para custear aposentadorias dos que pagaram pela Previdência. Constitui, portanto, uma receita previamente comprometida. Em condições normais, a possibilidade de utilização da receita previdenciária para custear despesas diferentes da Previdência é, praticamente, zero. No Brasil, no entanto, a Previdência vem funcionando com o ônus de déficit público nos gastos previdenciários. Em condições excepcionais, no entanto, o governo pode recorrer à receita da Previdência para custear despesas urgentes ou casos de calamidade pública, com a posterior reposição, para não prejudicar o cidadão beneficiário da previdência.
- (2) Arrecadação: refere-se à Receita Administrada pela RFB (impostos e contribuições) mais as Demais Receitas (taxas e contribuições controladas por outros órgãos).

15. Dívida Pública Federal Interna e Externa – DPFIE

Em fevereiro/2021, a dívida pública federal interna e externa atingiu: R\$ 5,2 trilhões, um aumento de 2,75% em relação ao mês anterior. Essa alta acontece devido a maior emissão que resgates de títulos públicos. Esse fato significa que o Tesouro tem utilizado mais recursos emprestados com o mercado financeiro para financiar gastos com a pandemia. Com o aumento da Selic pelo Copom na última reunião (março: 2,75%) faz com que o custo da dívida aumente, uma vez que parte da dívida está indexada à Selic.

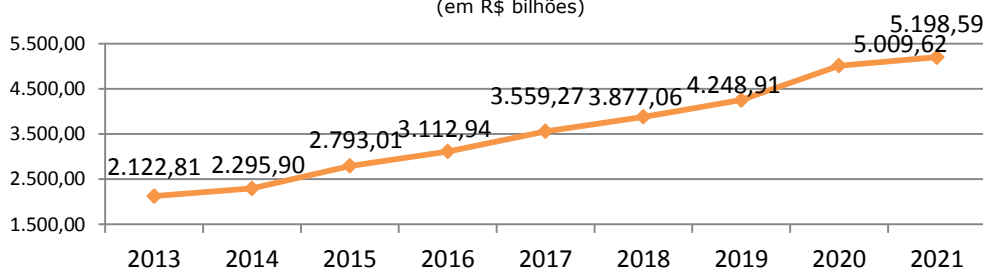
Dentre os componentes principais da composição da dívida, podem ser mencionados: a) taxa de juros SELIC/Banco Central mais elevadas para o período janeiro/2016 a maio/2020 e que eram utilizados como juros para correção da dívida. As taxas SELIC nestes momentos foram intencionalmente maiores por que o BC identificava a elevação dos juros como alternativa para atrair maior entrada de capital especulativo em dólares do exterior. Os juros maiores, com a garantia de pagamento pelo governo, funcionavam como fator de atração para elevar entrada de capital especulativo; b) a recessão interna entre 2014 a 2017 e baixos crescimentos em 2018 e 2019; c) os impactos da queda na receita fiscal-tributária que ativaram a recessão em 2020; d) a explosão negativa em 2020, com a pandemia.

A maior parte da dívida é de médio e longo prazo. Ainda: governo e credores podem renegociar: juros, prazos ou outras formas. Considerando que a dívida pública remunera com juros SELIC, se o BC elevar a taxa, a dívida cresce; se a SELIC cai, também cai a velocidade de expansão da dívida.

TABELA 37 – DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INTERNA E EXTERNA		
Período	Dívida Pública (R\$ Bilhões)	Variação (%)
2013	2.122,81	5,72
2014	2.295,90	8,15
2015	2.793,01	21,65
2016	3.112,94	11,46
2017	3.559,27	14,34
2018	3.877,06	8,93
2019	4.248,91	9,59
2020	5.009,62	17,9
Fev	4.281,03	1,22
Mar	4.214,79	-1,55
Abr	4.160,81	-1,28
Mai	4.250,92	2,17
Jun	4.389,94	3,27
Jul	4.344,59	-1,03
Ago	4.412,42	1,56
Set	4.526,81	2,59
Out	4.638,55	2,47
Nov	4.787,98	3,22
Dez	5.009,62	4,63
2021	-	-
Jan	5.059,37	0,99
Fev	5.198,59	2,75

Evolução da Dívida Pública Federal

(em R\$ bilhões)



16. SUPERÁVIT PRIMÁRIO

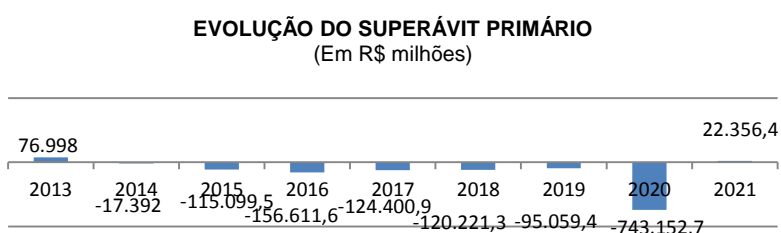
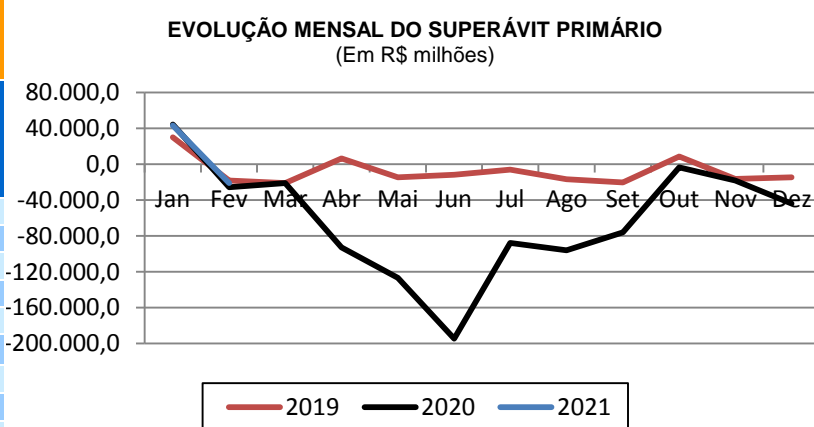
Em fevereiro/2021, as contas tiveram números negativos: (R\$ 21 bilhões), uma queda de 22% em termos reais em relação ao mesmo mês do ano anterior. É esperado que a queda na arrecadação se reverta ao longo do ano, bem como haja uma melhora em relação a pandemia do novo coronavírus, uma vez que a receita foi fortemente afetada pela mesma. Segundo o Tesouro o país enfrenta um período desafiador tanto em relação a saúde das pessoas como das contas públicas. O retorno em 2021 do Auxílio Emergencial-AE, a partir da aprovação pelo Legislativo e início de pagamento aos beneficiários (na verdade, o AE só começará a ser pago em abril/2021) iniciam-se condições para um início de aquecimento na economia brasileira, considerando que estes gastos geram receitas para o Setor Público.

O superávit primário nas contas públicas em um ano fiscal corresponde à existência de receitas superiores às despesas, sem considerar os juros. Representa poupança do governo destinada, principalmente, a pagar juros da dívida. A evolução do superávit é referência para investidores estrangeiros avaliarem a capacidade de um país regularizar e pagar suas dívidas. O aumento do superávit poderá depender, de forma diretamente proporcional, do tamanho do corte nos gastos ou maior receita em relação às despesas. A receita maior (mantidas as alíquotas e sem novos tributos) reflete um melhora da economia.

Sendo negativo, o superávit primário (déficit público), pode indicar: a) menor receita- devido queda da economia ou redução nas alíquotas, ou ainda a concessão de incentivos fiscais ou subsídios por prazos pré-determinados; b) maiores gastos públicos; c) ou combinação de ambos. A ausência de valores que permitam o superávit pode ser visto como possível carência ou defasagem em áreas importantes do governo como: investimentos e infraestrutura, salários, políticas sociais ou outras. Daí, o superávit surge da contenção (ou adiamento) de gastos. O governo pode optar por adiar despesas ou, num outro extremo, desconhecer a necessidade de efetuar gastos que beneficiem a população.

Os gastos públicos em 2020 tiveram a grande participação do Auxílio Emergencial-AE e outras despesas associadas à pandemia.

TABELA 38 - DESEMPENHO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO - GOVERNO FEDERAL E BANCO CENTRAL (Em R\$ Milhões)		
Período	Resultado do Governo (1)	Variação Percentual (%)
2012	88.744	-4,91
2013	76.998	27,56
2014	-17.392	-122,59
2015	-115.099,5	-561,79
2016	-156.611,6	-34,02
2017	-124.400,9	20,57
2018	-120.221,3	3,36
2019	-61.975,5	48,45
2020	-743.142,7	-992,38
Fev	-25.856,9	-158,60
Mar	-21.171,0	18,12
Abr	-92.902,0	-338,92
Mai	-126.609,3	-36,28
Jun	-194.733,8	-53,81
Jul	-87.834,9	54,89
Ago	-96.096,3	-9,41
Set	-76.154,9	20,75
Out	-3.563,5	95,32
Nov	-18.241,20	-411,89
Dez	-44.112,70	-141,83
2021	22.356,4*	22,39
Jan	43.219,40	197,97
Fev	-21.217,10	-194,90



Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br (Consulta em 05/04/2021)

(1) Resultado do Governo Central origina-se do Resultado do Governo Federal mais Resultado do Banco Central e Benefícios Previdenciários, sujeito a alterações. Valores anuais referentes a soma acumulada no ano, diferenças na soma se deve a divulgação pela entidade.

IV. RELAÇÕES COM O EXTERIOR

17. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

As exportações de Mar./2021 atingiram US\$ 24,5 bilhões. As importações foram US\$ 23,0 bilhões. Houve um saldo na balança comercial de US\$ 1,5 bi. No acumulado do ano jan-mar/2021, o saldo comercial-SBC atingiu: US\$ -233 milhões. Os principais parceiros comerciais brasileiros até o momento em 2021, segundo a corrente de comércio, são China, EUA e Argentina com participação de 28%, 13% e 5,1% respectivamente. Os principais produtos exportados foram Minérios de ferro e seus concentrados, Soja e Óleos brutos de petróleo com 17%,12% e 11% de participação, respectivamente.

Todo o ano de 2020 foi marcado por questões associadas à pandemia, à crise econômica em todo o mundo estimulada pelo covid-19, aos custos adicionais assumidos pelos governos visando reduzir impactos restritivos nas economias internas e que assumiu intensidade maior que o esperado.

O Brasil intensificou exportações de *commodities* com a China: minérios, soja, milho, arroz e carnes. Houve redução das importações, devido escassez no mercado mundial de insumos e matérias primas, e a elevação cambial do US\$ em relação ao R\$.

Permanecem efeitos da *desindustrialização* no Brasil, em especial na indústria de transformação, mas que indica muito mais: a necessidade de inserção de inovações no Brasil e no mercado e na estrutura de produção e modernização da indústria. A importância da indústria não será recuperada a curto prazo, considerando: limitações competitivas pós-pandemia; crise econômica interna não superada; indicadores que apontam limitações no ambiente político-social; e menor participação de bens de alta e de média-alta tecnologia nas exportações, os quais requerem estímulos à implementação de inovações.

É urgente a implantação de uma política nacional de inovação e modernização tecnológica da indústria de Transformação ou inserir modernos ramos de atividade produtiva interna, em especial no segmento Indústria 4.0. Ao governo caberá implementar políticas públicas e políticas econômicas que estimulem essas atividades com avanços nas pesquisas que envolvem ciência e tecnologia, visando incentivar produção e oferta de linhas mais avançadas de bens industriais, abrir carteiras de financiamento e melhoria da competitividade tendo dentre as metas, ampliar exportações de bens de maior tecnologia.

TABELA 39 – BRASIL: BALANÇA COMERCIAL (Em US\$ Milhões)					
Período	Exportações*	Variação (%)	Importações*	Variação (%)	Balança Comercial*
2011	255.936	26,83	226.244	24,47	29.692
2012	242.277	-5,34	223.366	-1,37	18.911
2013	241.967	-0,13	239.681	7,4	2.286
2014	224.974	-7,02	229.127	-4,42	-4.153
2015	190.974	-15,11	171.459	-25,13	19.515
2016	185.232	-3,01	137.585	-19,78	47.647
2017	217.739	17,55	150.749	9,59	66.990
2018	239.263	9,89	181.230	20,21	58.033
2019	225.383	-5,80	177.348	-2,14	48.036
2020	209.878	-6,88	158.937	-10,38	50.941
Mar	18.348	17,75	14.516	9,49	3.832
Abr	17.612	-4,01	11.611	-20,01	6.001
Mai	17.527	-0,48	13.391	15,33	4.136
Jun	17.515	-0,07	10.449	-21,97	7.066
Jul	19.454	11,06	11.508	10,13	7.946
Ago	17.482	-10,14	11.132	-3,26	6.350
Set	18.262	4,46	12.296	10,46	5.966
Out	17.704	-3,05	12.384	0,71	5.321
Nov	17.429	-1,55	13.800	11,44	3.629
Dez	18.471	5,98	18.414	33,44	57
2021	55.426	14,47	55.659	26,64	-233
Jan	14.739	-20,21	17.606	-4,39	-2.867
Fev	16.183	9,80	15.030	-14,63	1.152
Mar	24.505	51,42	23.023	30,77	1.482

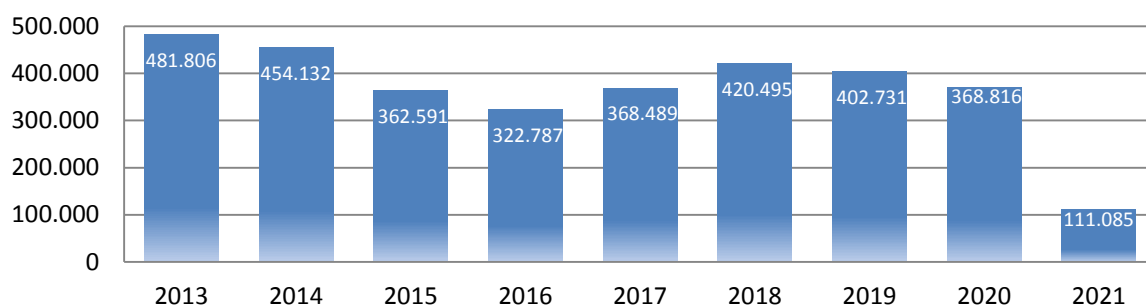
Fonte: www.gov.br – (Produtividade e Comercio Exterior) (05/04/2021) (*) Dados Atualizados. Valores sujeitos a alteração.

17. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

TABELA 40 – BRASIL: INTERCÂMBIO COMERCIAL
(Em US\$ Milhões)

Países	2020 (JAN-DEZ)			2021 (JAN-MAR)		
	Exportações	Importações	Balança Comercial	Exportações	Importações	Balança Comercial
Ásia	99.191	55.764	43.427	25.732	17.561	8.171
China	70.080	34.635	35.445	17.971	10.801	7.170
ASEAN (1)	14.167	6.991	7.175	3.907	2.213	1.694
Coreia do Sul	3.754	4.088	-334	1.134	1.134	1
Japão	4.139	3.713	426	909	1.382	-473
Outros	7.052	6.337	715	1.811	2.032	-221
América do Norte	29.503	29.084	419	7.495	8.326	-831
Estados Unidos	21.457	24.122	-2.665	5.541	7.039	-1.498
México	3.809	3.157	653	976	905	71
Canadá	4.237	1.805	2.431	978	382	597
América do Sul	22.650	16.610	6.039	6.933	5.767	1.165
Mercosul (2)	12.391	10.416	1.975	3.655	3.614	41
Argentina	8.476	7.788	689	2.610	2.584	26
CAN (3)	5.575	3.210	2.364	1.780	1.085	695
Outros	4.684	2.984	1.700	1.498	1.068	430
América Central e Caribe	2.943	783	2.161	811	267	544
Europa	38.062	35.460	2.601	10.116	10.026	90
União Europeia	28.333	26.818	1.515	7.498	7.542	-44
Rússia	1.546	2.716	-1.170	271	983	-712
Outros	8.183	5.926	2.256	2.347	1.501	846
Oriente Médio	8.838	4.319	4.519	2.286	1.018	1.268
África	7.913	3.650	4.262	2.042	987	1.055
Oceania	812	635	177	220	204	15
País não declarado/ sem informação	10	12.621	-12.611	0,83	9.829	-9.829
TOTAL	209.921	158.926	50.995	55.635	53.987	1.648

Fonte: www.gov.br – (Produtividade e Comércio Exterior) (Consulta em 05/04/2021)

Brasil: Corrente de Comércio (*)
Em US\$ milhões

(*) Dados de 2021 referentes ao acumulado no ano (Jan-Mar)

CORRENTE DE COMÉRCIO: obtida a partir da soma: **exportações mais importações**. Quanto maior a corrente de comércio maior o grau de abertura comercial do país. No gráfico, os valores indicam o saldo total anual da **corrente de comércio**, que não deve ser confundida com **balança comercial**, que é obtida a partir de **exportações menos importações**.

(1) Associação das Nações do Sudeste Asiático inclui Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã).

(2) Mercosul: Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil.

(3) Comunidade Andina de Nações inclui Bolívia, Colômbia Equador e Peru

17. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

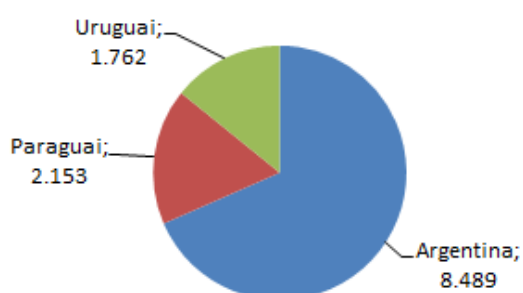
Relações Comerciais com o MERCOSUL

TABELA 41 - INTERCÂMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)

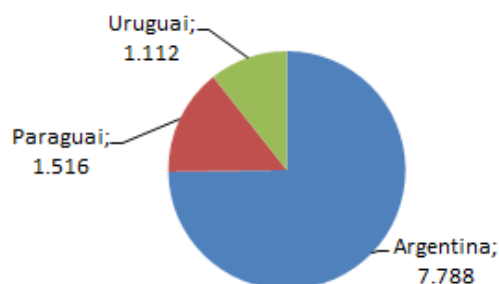
Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
2021 (Jan-Mar)						
Argentina	2.609	71,43	2.627	67,75	-18	5.236
Paraguai	606	16,60	855	22,04	-249	1.461
Uruguai	437	11,98	396	10,22	41	834
Mercosul	3.652	100,00	3.878	100,00	-226	7.530
2020						
Argentina	8.489	68,44	7.788	74,77	701	16.277
Paraguai	2.153	17,36	1.516	14,56	636	3.669
Uruguai	1.762	14,20	1.112	10,67	650	2.873
Mercosul	12.403	100,00	10.416	100,00	1.987	22.819
2019						
Argentina	9.791	66,39	10.552	81,37	-761	20.344
Paraguai	2.480	16,81	1.303	10,05	1.177	3.783
Uruguai	2.478	16,80	1.114	8,59	1.364	3.591
Mercosul	14.749	100,00	12.969	100,00	1.780	27.718
2018						
Argentina	14.913	69,66	11.051	77,68	3.862	25.964
Paraguai	2.912	13,60	1.157	8,13	1.755	4.069
Uruguai	3.008	14,05	1.847	12,99	1.160	4.855
Venezuela	576	2,69	171	1,20	405	746
Mercosul	21.408	100,00	14.227	100,00	7.181	35.635
2017						
Argentina	17.619	76,33	9.435	76,81	8.184	27.054
Paraguai	2.646	11,46	1.133	9,23	1.513	3.779
Uruguai	2.348	10,17	1.324	10,78	1.024	3.672
Venezuela	470	2,03	392	3,19	78	861
Mercosul	23.083	100,00	12.284	100,00	10.799	35.367

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/04/2021)

Exportações 2020 - US\$ Milhões



Importações 2020 - US\$ Milhões



17. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

TABELA 42 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2021 (JAN-MAR)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	222,52	19,08
2	Automóveis com motor explosão, de cilindrada >1.000 cm3 <1.500 cm3	138,48	11,87
3	Minérios de ferro e seus concentrados, não aglomerados	135,36	11,60
4	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	73,39	6,29
5	Tratores rodoviários para semi-reboques	59,24	5,08
6	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	56,55	4,85
7	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	54,33	4,66
8	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	52,17	4,47
9	Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira	42,93	3,68
10	Outras carnes de suíno, congeladas	42,84	3,67
11	Chassis com motor diesel e cabina, 5 toneladas < carga <= 20 toneladas	37,88	3,25
12	Outros fios de cobre refinado	33,16	2,84
13	Minérios de ferro e seus concentrados, não aglomerados	32,91	2,82
14	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	31,35	2,69
15	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	29,64	2,54
16	Cervejas de malte	29,33	2,51
17	Poli(tereftalato de etileno), de um índice de viscosidade de 78 ml/g ou mais	24,95	2,14
18	Partes de outras máquinas e aparelhos para colheita, debulha, etc.	23,49	2,01
19	Outras chapas e tiras, de ligas alumínio, espessura > 0.2mm	23,23	1,99
20	Outros motores de explosão de cilindrada superior a 1.000 cm3	22,68	1,94
-	Total	1.166,45	100,00

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/04/2021)

TABELA 43 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2021 (JAN-MAR)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Energia elétrica	830,06	31,62
2	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	434,99	16,57
3	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para sementeira	420,22	16,01
4	Milho em grão, exceto para sementeira	115,15	4,39
5	Malte não torrado, inteiro ou partido	90,67	3,45
6	Outros propanos liquefeitos	69,95	2,66
7	Leite integral, em pó, com teor de matérias gordas > 1,5 %	67,47	2,57
8	Automóveis com motor diesel, cm3 > 2500, superior a 6 passageiros	65,66	2,50
9	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	65,62	2,50
10	Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira	65,20	2,48
11	Outros motores diesel/semidiesel, para veículos do capítulo 87	53,19	2,03
12	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos utilizados em veículos	48,86	1,86
13	Alhos, frescos ou refrigerados, exceto para sementeira	44,26	1,69
14	Automóveis com motor explosão, 1000 > cm3 <= 1500, até 6 passageiros	42,32	1,61
15	Cevada cervejeira	38,32	1,46
16	Batatas, preparadas ou conservadas, exceto em vinagre ou em ácido acético, congeladas	37,93	1,44
17	Outros garrações, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	35,95	1,37
18	Outras caixas de marchas	33,80	1,29
19	Arroz semibranqueado ou branqueado, não parboilizado, polido ou brunido	33,01	1,26
20	Butanos liquefeitos	32,70	1,25
-	Total	2.625,34	100,00

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/04/2021)

17. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

As Relações Comerciais com as Três Américas

TABELA 44 - Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte
(em milhões de U\$S)

	País	2020		País	2021
		Exportações (JAN-DEZ)	Participação (%)		Exportações (JAN-MAR)
1	Estados Unidos	21.481,53	39,53	Estados Unidos	5.587,32
2	Argentina	8.488,72	15,62	Argentina	2.608,59
3	Canadá	4.229,94	7,78	Chile	1.297,70
4	Chile	3.849,84	7,09	Canadá	978,49
5	México	3.829,38	7,05	México	976,06
6	Colômbia	2.290,90	4,22	Colômbia	653,98
7	Paraguai	2.152,54	3,96	Peru	632,93
8	Uruguai	1.761,68	3,24	Paraguai	606,08
9	Peru	1.659,78	3,05	Uruguai	437,40
10	Bolívia	1.025,14	1,89	Bolívia	321,72
11	Venezuela	782,12	1,44	Venezuela	197,87
12	Equador	599,40	1,10	Equador	170,31
13	República Dominicana	454,21	0,84	República Dominicana	103,46
14	Panamá	428,30	0,79	Panamá	99,80
15	Guatemala	256,07	0,47	Bahamas	83,07
16	Costa Rica	244,19	0,45	Trinidad e Tobago	78,81
17	Trinidad e Tobago	214,41	0,39	Jamaica	77,39
18	Cuba	209,30	0,39	Costa Rica	67,46
19	Jamaica	206,46	0,38	Guatemala	57,36
20	Bahamas	172,10	0,32	Santa Lúcia	53,59
	Total	54.336,01	100,00	Total	15.089,41

Fonte: comexstat.mdic.gov.br

(Consulta em 08/04/2021)

TABELA 45 - Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte
(em milhões de U\$S)

	País	2019		País	2021
		Importações (JAN-DEZ)	Participação (%)		Importações (JAN-MAR)
1	Estados Unidos	24.122,45	51,92	Estados Unidos	7.986,72
2	Argentina	7.788,10	16,76	Argentina	2.627,02
3	México	3.157,26	6,80	México	1.114,90
4	Chile	2.895,61	6,23	Chile	1.020,39
5	Canadá	1.806,02	3,89	Paraguai	854,61
6	Paraguai	1.516,18	3,26	Colômbia	483,59
7	Colômbia	1.314,29	2,83	Canadá	431,53
8	Uruguai	1.111,57	2,39	Uruguai	396,14
9	Bolívia	1.078,79	2,32	Peru	294,39
10	Peru	730,29	1,57	Bolívia	270,77
11	Porto Rico	328,45	0,71	Trinidad e Tobago	100,38
12	Trinidad e Tobago	181,50	0,39	Porto Rico	73,81
13	Panamá	124,09	0,27	Panamá	47,60
14	Equador	86,96	0,19	Venezuela	44,94
15	Venezuela	75,98	0,16	Equador	36,35
16	Guatemala	48,60	0,10	Guatemala	12,50
17	Costa Rica	42,16	0,09	Costa Rica	12,23
18	República Dominicana	24,97	0,05	República Dominicana	10,61
19	Guiana	17,00	0,04	Guiana	5,77
20	Honduras	9,92	0,02	Honduras	5,25
	Total	46.460,20	100,00	Total	15.829,49

Fonte: comexstat.mdic.gov.br

(Consulta em 08/04/2021)

17. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**Principais Produtos Exportados e Importados****TABELA 46 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2021 (JAN-MAR)**

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Minérios de ferro e seus concentrados, não aglomerados	8.601,32	23,77
2	Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira	6.421,69	17,74
3	Óleos brutos de petróleo	5.910,81	16,33
4	Outros açúcares de cana	1.509,55	4,17
5	Café não torrado, não descafeinado, em grão	1.415,22	3,91
6	Carnes desossadas de bovino, congeladas	1.377,39	3,81
7	Pasta química de madeira semi branqueada de não conífera	1.202,72	3,32
8	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	1.200,06	3,32
9	Algodão não cardado nem penteado, simplesmente debulhado	1.173,21	3,24
10	Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	1.027,49	2,84
11	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	972,24	2,69
12	Fuel oil	749,75	2,07
13	Milho em grão, exceto para sementeira	693,51	1,92
14	Alumina calcinada	685,22	1,89
15	Minérios de ferro e seus concentrados, não aglomerados	650,31	1,80
16	Ouro em barras, fios e perfis de seção maciça	583,55	1,61
17	Outros minérios de cobre e seus concentrados	545,25	1,51
18	Outras carnes de suíno, congeladas	540,91	1,49
19	Bulhão dourado (bullion doré), em formas brutas, para uso não monetário	534,67	1,48
20	Ferro-nióbio	398,28	1,10
--	Total	36.193,15	100,00

TABELA 47 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS EM 2021 (JAN-MAR)

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Gasóleo (óleo diesel)	953,53	9,07
2	Energia elétrica	830,06	7,90
3	Gás natural liquefeito	600,69	5,71
4	Óleos brutos de petróleo	561,93	5,35
5	Outros cloretos de potássio	550,08	5,23
6	Ureia com teor de nitrogênio > a 45 %, em peso	531,42	5,05
7	Outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia	525,28	5,00
8	Partes de turborreatores ou de turbopropulsores	523,18	4,98
9	Naftas para petroquímica	505,72	4,81
10	Cátodos e seus elementos de cobre refinado, em formas brutas	498,35	4,74
11	Outras caixas de marchas	484,27	4,61
12	Células solares em módulos ou painéis	478,94	4,56
13	Processadores e controladores ou outros circuitos montados, próprios para montagem em superfície	478,07	4,55
14	Barcos-faróis/guindastes/docas/diques flutuantes, etc.	476,80	4,54
15	Outros veículos automotivos com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	462,92	4,40
16	Outras partes para aparelhos receptores de radiodifusão, televisão, etc.	456,80	4,35
17	Hulha betuminosa, não aglomerada	434,00	4,13
18	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para sementeira	424,86	4,04
19	Outros produtos imunológicos para venda a retalho	397,52	3,78
20	Diidrogeno-ortofosfato de amônio, mesmo misturado com hidrogeno-ortofosfato de diamônio	338,56	3,22
--	Total	10.512,98	100,00

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/04/2021)

Conta Petróleo do Brasil**TABELA 48 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - COM E SEM PETRÓLEO E DERIVADOS - (US\$ milhões FOB)**

	2016	2017	2018	2019	2020*
Exportação	10.074	16.625	25.097	24.002	15.294
Petróleo e Derivados	3.537	4.815	6.768	6.155	4.036
Importação	2.899	2.967	5.043	4.652	2.180
Petróleo e Derivados	8.233	12.968	14.697	14.076	6.229
Saldo	7.175	13.658	20.054	19.351	13.114
Petróleo e Derivados	-4.697	-8.154	-7.929	-7.921	-2.193

Fonte: www.anp.gov.br/dados-estatisticos (Consulta em 05/04/2021). *Dados referentes ao acumulado Jan/Set 2020.

17.1. Brasil: Comércio Exterior por Intensidade Tecnológica

Cabe recuperar as exportações da indústria de transformação, detentora de maior agregação de valor e grande geradora de empregos e renda. A considerar também os limites do reduzido padrão de inovações praticadas pela indústria exportadora e a limitada exportação de produtos de alta e média tecnologia, quando comparados aos bens de baixa tecnologia e de média-baixa tecnologia. Por outro lado, dentre as importações, o Brasil se destaca como maior importador de bens de alta-tecnologia e de média-alta tecnologia, mas é pequeno importador de bens de média-baixa tecnologia e de baixa tecnologia.

Dessa forma, cabe, portanto, ativar a inovação e modernização tecnológica da indústria. E ao governo caberá adotar políticas públicas e políticas econômicas, que estimulem inovações e modernização tecnológica, e também avanços na pesquisa visando incentivar produção e oferta de linhas mais avançadas de produtos industriais e melhorar competitividade tendo, como uma das metas, ampliar as exportações de bens de maior tecnologia gerados pela indústria brasileira. Os bens de maior tecnologia constituem-se em elementos extremamente importantes para elevar a entrada de divisas cambiais pelas autoridades monetárias do país.

TABELA 49 - BRASIL: Exportação Por Intensidade Tecnológica - US\$ Milhões

	2020*	2019	2018	2017	2016
Total Geral	30.857	223.999	239.264	217.739	185.232
Produtos não industriais	12.909	94.127	98.539	81.898	60.753
I. Alta Tecnologia	820	8.506	10.171	9.943	9.821
Aeronaves	486	5.767	7.386	7.224	7.259
Equipamentos De Informática, Produtos Eletrônicos E Ópticos	170	1.567	1.606	1.469	1.361
Produtos Farmoquímicos E Farmacêuticos	164	1.172	1.179	1.250	1.200
II. Media-Alta Tecnologia	4.541	33.511	38.879	40.329	33.581
Máquinas E Equipamentos	1.145	8.535	9.309	9.102	7.590
Máquinas, Aparelhos E Materiais Elétricos	353	2.586	2.510	2.511	2.496
Produtos Químicos	1.678	11.223	12.298	12.250	10.723
Veículos Automotores, Reboques E Carrocerias	1.346	10.938	14.521	16.154	12.360
Veículos Ferroviários E Equipamentos De Transporte	19	229	242	312	413
III. Media-Baixa Tecnologia	4.919	34.280	36.151	27.793	26.991
Coque, Produtos Derivados Do Petróleo E Biocombustíveis	1.577	6.997	5.199	2.816	2.256
Embarcações Navais	3,5	2.852	5.765	932	3.841
Metalurgia	2.375	17.252	17.604	16.235	13.364
Produtos De Borracha E De Material Plástico	361	2.452	2.612	2.645	2.424
Produtos De Metal, Exceto Máquinas E Equipamentos	373	2.963	3.041	3.214	3.183
Produtos Minerais Não-Metálicos	230	1.764	1.930	1.951	1.923
IV. Baixa Tecnologia	7.667	53.574	55.524	57.776	54.087
Outras Manufaturas	127	835	757	775	787
Artigos Do Vestuário E Acessórios	23	155	143	145	128
Bebidas	43	239	249	247	200
Celulose, Papel E Produtos De Papel	1.264	9.515	10.312	8.303	7.496
Couros, Artefatos De Couro, Artigos Para Viagem E Calçados	362,56	2.287,08	2.638,03	3.256,28	3.282,23
Equipamentos De Informática, Produtos Eletrônicos E Ópticos	0,00	0,01	0,03	0,03	0,00
Impressão E Reprodução De Gravações	1,9	18	28	14	15
Madeira E Seus Produtos	402	2.792	3.080	2.729	2.321
Móveis	97	687	696	626	585
Produtos Alimentícios	5.020	34.327	35.016	38.912	36.473
Produtos Do Fumo	222	2.102	1.948	2.052	2.085
Produtos Têxteis	105	617	656	718	715

Fonte: www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas - Intensidade Tecnológica (Consulta em 11/03/2020)

*Dados do acumulado de 2020 (Jan-Fev) e sem atualização

17.2. Brasil: Comércio Exterior por Intensidade Tecnológica

Cabe recuperar exportações da indústria de transformação, detentora de maior agregação de valor e grande geradora de empregos e renda. A considerar também os limites do reduzido padrão de inovações praticadas pela indústria exportadora e a limitada exportação de produtos de alta e média tecnologia, quando comparados aos bens de baixa tecnologia e de média-baixa tecnologia. Por outro lado, dentre as importações, o Brasil se destaca como maior importador de bens de alta-tecnologia e de média-alta tecnologia, mas é pequeno importador de bens de média-baixa tecnologia e de baixa tecnologia.

Dessa forma, cabe, portanto, ativar a inovação e modernização tecnológica da indústria. E ao governo caberá adotar políticas públicas e políticas econômicas, que estimulem inovações e modernização tecnológica, e também avanços na pesquisa visando incentivar produção e oferta de linhas mais avançadas de produtos industriais e melhorar competitividade tendo, como uma das metas, ampliar as exportações de bens de maior tecnologia gerados pela indústria brasileira. Os bens de maior tecnologia constituem-se em elementos extremamente importantes para elevar a entrada de divisas cambiais pelas autoridades monetárias do país.

TABELA 50 - BRASIL: Importação Por Intensidade Tecnológica - US\$ Milhões

	2020*	2019	2018	2017	2016
Total Geral	29.435	177.341	181.231	150.749	137.586
Produtos não industriais	2.125	16.103	17.600	14.451	13.365
I. Alta Tecnologia	4.929	29.987	29.983	28.305	26.742
Aeronaves	276	1.855	1.637	1.974	4.346
Equipamentos De Informática, Produtos Eletrônicos E Ópticos	3.188	20.035	20.204	18.992	15.290
Produtos Farmoquímicos E Farmacêuticos	1.465	8.098	8.142	7.339	7.106
II. Media-Alta Tecnologia	11.779	74.513	72.962	62.690	60.510
Máquinas E Equipamentos	3.817	16.742	14.438	12.531	14.691
Máquinas, Aparelhos E Materiais Elétricos	1.245	7.711	7.296	6.765	6.529
Produtos Químicos	4.784	35.653	34.651	29.484	26.716
Veículos Automotores, Reboques E Carrocerias	1.757	13.439	15.671	13.080	11.654
Veículos Ferroviários E Equipamentos De Transporte	175	919	818	811	859
Veículos Militares De Combate	0,33	48	88	19	61
III. Media-Baixa Tecnologia	7.901	40.327	43.912	29.248	22.598
Coque, Produtos Derivados Do Petróleo E Biocombustíveis	2.406	14.946	15.838	14.164	8.714
Embarcações Navais	2.100	4.593	9.869	180	914
Metalurgia	1.112	6.878	7.041	5.725	4.681
Produtos De Borracha E De Material Plástico	814	5.107	4.936	4.570	3.948
Produtos De Metal, Exceto Máquinas E Equipamentos	1.214	7.279	4.699	3.359	3.229
Produtos Minerais Não-Metálicos	254	1.525	1.528	1.251	1.111
IV. Baixa Tecnologia	2.701	16.411	16.774	16.055	14.372
Outras Manufaturas	431	2.884	2.914	2.601	2.340
Artigos Do Vestuário E Acessórios	313	1.709	1.843	1.580	1.280
Bebidas	164	1.214	1.047	1.023	954
Celulose, Papel E Produtos De Papel	161	1.052	1.084	1.049	1.045
Couros, Artefatos De Couro, Artigos Para Viagem E Calçados	153	881	863	846	741
Equipamentos De Informática, Produtos Eletrônicos E Ópticos	0,41	3	2	1	0
Impressão E Reprodução De Gravações	2	14	19	22	23
Madeira E Seus Produtos	18	114	108	103	107
Móveis	88	534	543	508	441
Produtos Alimentícios	886	5.253	5.558	5.642	5.189
Produtos Do Fumo	5	37	50	47	53
Produtos Têxteis	479	2.716	2.742	2.633	2.199

Fonte: www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas - Intensidade Tecnológica (Consulta em 11/03/2020).

*Dados do acumulado de 2020 (Jan-Fev) e sem atualização.

17. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**Referências de Comércio exterior****1. Valor da Produção Agropecuária sobe 12,1% e pode superar pela 1ª. vez a marca histórica de R\$ 1 trilhão**

A previsão do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) para 2021 é de R\$ 1,032 trilhão, o que representa 12,1% acima do obtido em 2020. Apesar da questão climática, as lavouras geraram R\$ 708,3 bilhões, com aumento real de 15,4%, e a pecuária, R\$ 323,9 bilhões, com aumento de 5,4% em relação a 2020.

Os resultados mostram que soja, milho, cana de açúcar, café e algodão, os cinco primeiros colocados no VBP, são responsáveis por 57,3% do VBP das lavouras. Ligeira recuperação da cana-de-açúcar vem sendo observada, e isso é relevante pois ela tem importante participação no faturamento do setor. Na pecuária, contribuições positivas ao VBP são de carne bovina (10,7%), carne de frango (2,4%) e leite (4,6%). Contribuição negativa foi observada em suínos (-2,6) e ovos (-6,7%).

Os estados de Mato Grosso, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, são os primeiros classificados no valor da produção. Juntos respondem por 62,6% do VBP total. As regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste representam 83,6% do valor da produção. As regiões Nordeste e Norte respondem por 15,1% do VBP.

Fonte: www.comexdobrasil.com (15/03/2021)

2. Banco Central projeta para 2021 superávit recorde de US\$ 70 bilhões na balança comercial brasileira

A balança comercial brasileira deverá fechar o ano de 2021 com um superávit recorde de US\$ 70 bilhões. A estimativa foi apresentada pelo Banco Central (BC) e supera em US\$ 13 bilhões projeção anterior de US\$ 53 bilhões. O Banco Central (BC) melhorou a projeção para o saldo das contas externas neste ano. A previsão para as transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda do Brasil com outros países, passou de déficit de US\$ 19 bilhões para um "ligeiro superávit" de US\$ 2 bilhões. A estimativa para 2021 corresponde a 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país). De acordo com o Relatório do BC, "apesar de terem começado o ano em nível deprimido, espera-se que as exportações aumentem a partir de março, impulsionadas pelo escoamento da boa safra de soja, pelo patamar elevado para preços de commodities e pela recuperação da demanda internacional. As importações também devem ser maiores que anteriormente projetado, apesar da alta do câmbio. Para o BC, a revisão está em linha com perspectiva mais favorável para a indústria de transformação nacional, com efeitos sobre a importação de bens intermediários.

Fonte: www.comexdobrasil.com (25/03/2021)

3. Câmara de Comércio Exterior simplifica regras para financiamento de exportações pelo Proex

O Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério da Economia publicou uma resolução que altera as diretrizes e condições para concessão de financiamento de exportação de bens ou serviços nacionais no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). A medida tem o objetivo de simplificar e modernizar as normas do programa, de forma a aumentar a competitividade das exportações brasileiras e melhorar a gestão da política pública de financiamento. A Resolução Gecex nº 166/2021 revoga parte dos regulamentos anteriores sobre o tema e define critérios de elegibilidade, prazos e ações de monitoramento aplicáveis às operações de equalização de taxas de juros e de financiamentos das exportações brasileiras pelo Proex. O texto – que entra em vigor em 1º de abril – tem dois anexos com os códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) de bens e serviços elegíveis para o programa.

No caso do Proex-Financiamento – crédito direto, com recursos do Tesouro Nacional –, são elegíveis as exportações brasileiras de empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 600 milhões. Já o Proex-Equalização – financiado por instituições financeiras, com o Proex assumindo parte dos encargos financeiros – atende a exportações brasileiras de empresas de qualquer porte.

Com a revisão das regras, o governo consolida as condições comerciais do programa em um único ato normativo e revisa os prazos e produtos elegíveis, tornando a prática brasileira mais próxima da internacional, o que inclui possibilidade de equiparação. Também aumenta a competitividade das exportações brasileiras, redesenhando o processo decisório e dando maior autonomia ao agente operador, a fim de agilizar a concessão do apoio, além de melhorar a gestão, com a estruturação de um sistema de monitoramento robusto, garantindo o acompanhamento da política pública pela Camex.

Entre outros avanços, a reforma das regras do Proex promove uma importante aproximação das normas do programa brasileiro – em particular, dos prazos aplicáveis aos financiamentos – às previstas no Arranjo sobre Créditos à Exportação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de maneira a facilitar a adesão do Brasil à Organização. Ainda reforça as balizas técnicas do Proex, resolvendo problemas de insegurança jurídica no seu funcionamento efetivo.

Fonte: siscomex.gov.br (26/03/2021)

18. INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO-IED NA ECONOMIA BRASILEIRA

O IED de fevereiro/2021 atingiu US\$ 9,0 bilhões, ótima recuperação em relação ao mês anterior (38% acima do esperado pelo BC) e mesmo mês do ano anterior e. Esse resultado foi o melhor para o bimestre desde 2018. Esse investimento tem potencial de geração de empregos por estar associado a projetos de médio e longo prazo. Em 2020, o IED do ano atingiu US\$ 34,1 bilhões, queda de 50,6% em relação a 2019, redução que não é situação exclusiva do Brasil. Segundo levantamento da UNCTAD(**) o fluxo global de IED teve queda de 42% em 2020, quedas mais intensas em países desenvolvidos. A China e a Índia foram uns dos poucos países que tiveram algum aumento de IED em 2020.

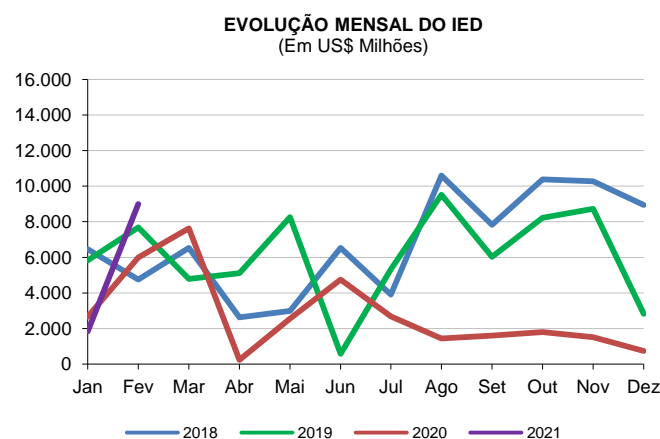
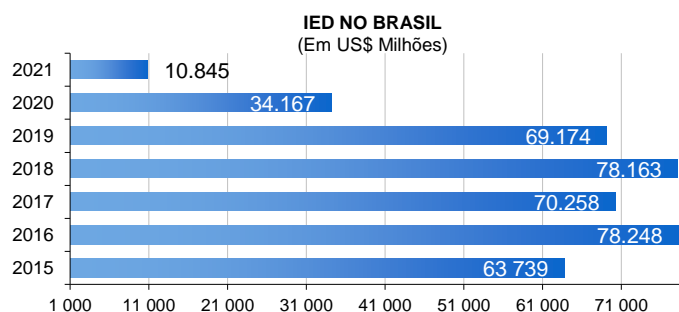
A projeção do governo é uma entrada de US\$60 bi no país no ano. Nota-se que a recuperação do IED acontece mais lentamente, em forma de U, diferente do PIB, por exemplo, que tem recuperação esperada, conforme o titular do Ministério da Economia, mais próxima da forma de V, porém esse grande aumento para o mês de fevereiro fugiu a regra, resta aguardar se esse aumento é uma tendência, pois ainda não é possível prever.

Indicadores conjunturais importantes são: queda nas taxas de inflação; estabilização de preços, combinada com redução de juros (SELIC/BC). O consumo das famílias-CF, conforme as Contas Nacionais está em queda, muito associado à crise da pandemia. O crescimento do mercado é muito importante para atrair capital externo. Alguns resultados desejados poderão depender de políticas mais consistentes de geração de emprego, maior massa de salários e elevação do PIB/Renda.

O IED é um fluxo importante de capital vinculado à entrada de capital externo. Permite ampliar produção, inovar e modernizar a qualidade da produção interna e melhorar o índice de produtividade. Considera somente o *capital externo produtivo*, capaz de gerar novos bens e serviços. Difere do *capital externo especulativo*, aplicado em títulos da dívida pública ou bolsa de valores, que visam retorno mais imediato, e pode não permanecer a longo prazo. Uma crise econômica pode expulsá-lo do país, comprometendo empregos, produtos ou serviços.

TABELA 51 – INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL

Período	Valor em US\$ Milhões*	Variação Percentual
2007	34.584	83,74
2008	45.058	30,29
2009	25.948	-42,41
2010	48.506	86,93
2011	66.660	37,43
2012	65.242	-2,13
2013	63.969	-2,00
2014	62.495	-2,30
2015	63.739	1,99
2016	78.896	23,78
2017	70.258	-10,81
2018	78.163	10,59
2019	69.174	-12,66
2020*	34.167	-51,24
Fev	5.996	6,73
Mar	7.621	27,10
Abr	234	-96,93
Mai	2.552	990,60
Jun	4.754	86,29
Jul	2.685	-43,52
Ago	1.430	-46,74
Set	1.597	11,68
Out	1.793	12,27
Nov	1.514	-15,56
Dez	739	-51,19
2021	10.845	25,38
Jan	1.838	148,31
Fev	9.007	390,04



Fonte www.bcb.gov.br (estatísticas – estatísticas setor externo – Tabela 8) (Consulta em 05/04/2021)

(*) Dados preliminares; Acumulado no ano. A diferença entre a somatória total anual e os números dos meses respectivos se deve entidade que fornece os dados.

19. DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA- DEB

Os dados de março/2021 referentes a dívida externa total atingiram: US\$ 306,1 bilhões. Desse total, a dívida de curto prazo representa 22,88%; a dívida de médio e longo prazo atingiu 77,12% do total. São valores importantes que contribuem para reduzir a pressão sobre pagamentos e desembolsos. A distribuição da dívida amplia a elasticidade e possibilidade de flexibilização de pagamento e renegociações.

A DEB total é o somatório das dívidas dos setores público (governos: federal, estaduais e municipais, Distrito Federal e empresas públicas) mais o setor privado.

A forma de gestão e administração do estoque de divisas praticada pelo Banco Central indica condições consistentes para desembolsos futuros nos pagamentos da dívida externa.

A existência da dívida, mesmo grande, não significa, necessariamente, inviabilização de uma economia. Pode até representar maior eficiência e capacidade para captação de recursos necessários e importantes para os setores público e/ou empresários do setor privado. Desde que utilizados sob um processo eficiente de gestão financeira podem ser perfeitamente justificáveis e convenientes.

TABELA 52 – DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA (Em US\$ Milhões)					
Período	Curto Prazo		Médio e Longo Prazo		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	
2012	37.535	11,85	279.295	88,15	316.831
2013	32.855	10,53	279.166	89,51	312.022
2014	54.614	15,71	293.008	84,29	347.621
2015	56.103	16,61	281.629	83,39	337.732
2016	58.360	18,03	265.354	81,97	323.714
2017	51.287	16,56	266.018	83,84	317.305
2018	64.830	20,50	251.338	79,50	316.168
2019	79.179	24,51	243.806	75,49	322.985
2020	65.753	21,38	241.824	78,62	307.577
2021*	70.043	22,88	236.088	77,12	306.131

Fonte: www.bcb.gov.br (estatísticas – estatísticas setor externo – Tabela 19) (Consulta em 05/04/2021) (*) Dados de Mar/21

19.1. Distribuição da Dívida: Setor Público X Setor Privado

A dívida externa brasileira está distribuída em dívidas do governo e do setor privado. A dívida registrada para o período 2015-2021, conforme o Banco Central a Tabela 54 abaixo.

Constata-se uma realidade pouco conhecida do grande público: do total da dívida externa brasileira, verifica-se que boa parte correspondeu a dívida do setor privado. Os dados mais recentes, ano de 2021, indicam que o setor privado é devedor de 72,5% do total da dívida externa, e o setor público é devedor de 27,5%. A dívida pública está distribuída entre governos: federal, estaduais, municipais, Distrito Federal, mais as estatais. O pagamento de dívidas pelo setor privado ou pelo setor público dependerá de disponibilidade no estoque de divisas do Banco Central.

TABELA 53 – BRASIL: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA DÍVIDA EXTERNA- %							
Ano	Setor Público			Setor Privado			Total
2015 (1)	38			62			100
Ano	Setor Público			Setor Privado			Total
	Banco Central	Governo Geral	Soma	Bancos	Outros setores	Soma	
2016	1,2	21,6	22,8	42	35,2	77,2	100,0
2017	1,3	22,6	23,9	42	34,1	76,1	100,0
2018	1,3	22,1	23,4	31,9	44,7	76,6	100,0
2019	1,2	24,2	25,5	38,6	35,9	74,5	100,0
2020	1,3	27,3	28,6	36,3	35,1	71,4	100,0
2021	1,4	26,2	27,5	37,5	34,9	72,5	100,0

Fonte: (1) Boletim Anual – 2015 do Banco Central do Brasil (p. 124). *O boletim anual do Banco Central foi descontinuado, sendo os últimos dados divulgados do ano 2015. Fonte: www.bcb.gov.br (estatísticas – estatísticas setor externo – Cf. Tabela 19). (Consulta em 05/04/2021)

20. RESERVAS CAMBIAIS

As reservas cambiais do Brasil atingiram em fevereiro/2021: US\$ 355,4 bilhões. Parcela do superávit está associada à combinação entre aumento do saldo da balança comercial, à cotação cambial do Real- R\$ frente ao US\$, e ao desempenho do comércio exterior brasileiro desde 2016. Verifica-se que há espaço para aumento de exportações de bens de alta tecnologia e de bens de média-alta tecnologia, detentores de maior valor unitário e de agregação de valor.

A crise econômica associada ao *coronavirus* poderá gerar restrições à economia brasileira.

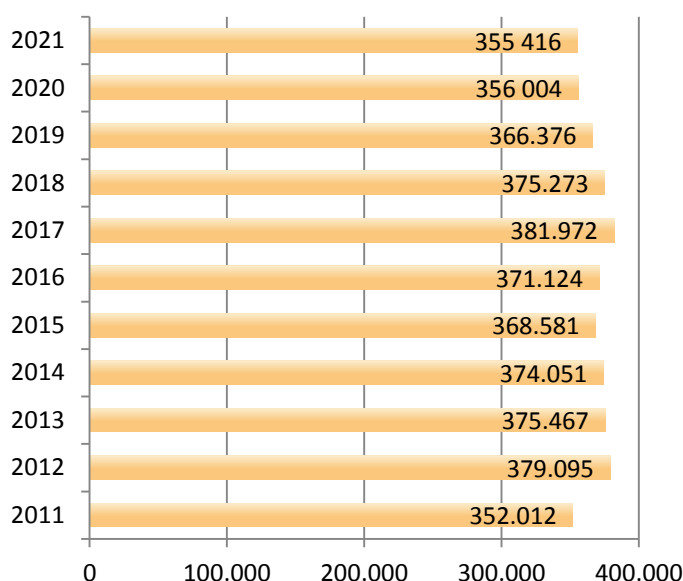
As reservas cambiais são estratégicas no atual contexto econômico. Possibilitam um “*lastro cambial*” que revela um elevado estoque de divisas no BC, e que vem atuando como um *colchão amortecedor* desde o início da crise mundial de 2008. Esse estoque de divisas permite ao Brasil dispor de maior credibilidade no mercado externo, e ajudou a obter anteriormente o “*grau de investimento*”. É importante fator de fortalecimento de negociações, em especial para conter efeitos negativos de especulação do dólar -US\$, sobre a moeda nacional devido o seu grande volume, que permite ao BC uma espécie de autonomia em liberação cambial para segurar o US\$ perante o R\$ (limitando desvalorização da moeda nacional).

Parcela dos US\$ da reserva cambial pode ser considerada especulativa, devido aos juros maiores pagos pelos títulos do governo brasileiro, comparados aos juros de outros países. É um volume de divisas importante para o Brasil, mas que gera um custo associado às aplicações do exterior em títulos do governo, que pagam altas remunerações. É o “capital especulativo” volátil, sem compromisso com a produção, o investimento ou o emprego e que, em distúrbios no mercado ou limitações políticas e econômicas internas poderão, rapidamente, sair do País.

Os dólares da reserva cambial do BC, em parte aplicados em títulos do governo americano, tem remuneração inferior àquela paga pelo governo brasileiro. Uma parcela das reservas advém da compra de US\$ pelo BC em períodos de grande entrada de divisas ou excesso de oferta de US\$ no mercado, que induziam a valorizar o R\$; uma outra parte é originada das exportações (e Saldo da Balança Comercial) ou então dos empréstimos obtidos do exterior.

TABELA 54 – BRASIL: RESERVAS CAMBIAIS (Em US\$ Milhões)		
Período	Reservas Cambiais no Banco Central (*)	Variação Sobre o Período Anterior
2011	352.012	21,98
2012	379.095	7,69
2013	375.467	-0,97
2014	374.051	-0,38
2015	368.581	-1,46
2016	371.124	0,69
2017	381.972	2,93
2018	375.273	-1,75
2019	366.376	-0,94
2020	356.004	0,41
Fev	359 394	0,70
Mar	362 460	0,85
Abr	343 165	-5,32
Mai	339 317	-1,12
Jun	345 706	1,88
Jul	348 781	0,89
Ago	354 664	1,69
Set	356 092	0,40
Out	356 606	0,14
Nov	354 546	-0,58
Dez	356 004	0,41
2021		
Jan	355.620	-0,11
Fev	355.416	-0,06

Evolução das Reservas Cambiais (*)
(US\$ milhões)



Fonte: www.bcb.gov.br/estatisticas/indicadoresconsolidados (Consulta em 05/04/2021)

(**) As Agências são: Fitch; Moody's; e Standart & Poor's (S&P). Em Janeiro de 2018 a agência S&P rebaixou a nota do Brasil de BB para BB-, ainda dentro da categoria de especulação.

21. COMÉRCIO EXTERIOR DO ESTADO DO PARANÁ

Em março/ 2021 o saldo da balança comercial do Paraná atingiu: US\$ 244,28 milhões, considerável aumento em relação ao mês anterior. No saldo da balança comercial do trimestre Jan.-Mar./2021, o valor obtido pelo Paraná foi negativo: (-148,17 milhões).

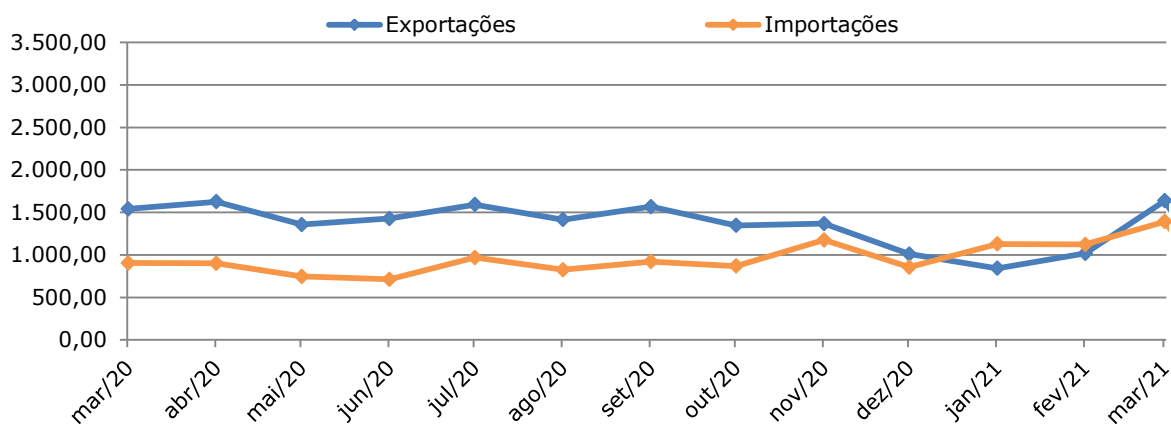
A crise associada ao *coronavirus-covid 19* também se reflete na economia do Estado sob diferentes formas, mas principalmente, em termos de contenção e restrições da economia. Mesmo com essas dificuldades no ano de 2020, o Paraná esteve entre os estados que realizaram mais exportações de bens do setor de agronegócio: US\$ 13,3 bilhões (13,2%).

Os principais parceiros comerciais do Paraná são China, EUA e Argentina, com os quais a corrente de comércio de Jan-Mar/2021 foi respectivamente de US\$ 1,74 bilhões, US\$ 709 milhões e US\$ 409 milhões. Os principais produtos exportados em Jan-Mar/2021 foram: carnes de aves, farelos de soja e açúcares; milho, soja, resíduos de metais preciosos, de madeiras e de materiais ferrosos. Os principais produtos importados em Jan-Mar/2021 foram: adubos e fertilizantes, partes e acessórios de veículos automotivos e óleos combustíveis; milho, soja, trigo e óleos brutos de petróleo.

TABELA 55 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL E CORRENTE DE COMÉRCIO
(Em US\$ Milhões)

Período	Exportações*	Importações*	Saldo Balança Comercial *	Corrente de comércio*
2013	18.209,36	19.323,87	-1.114,51	37.533,23
2014	16.309,28	17.280,53	-971,25	33.589,81
2015	14.905,72	12.441,62	2.464,10	27.347,33
2016	15.169,66	11.091,55	4.078,12	26.261,21
2017	18.078,72	11.516,63	6.562,09	29.595,35
2018	19.902,71	12.370,17	7.532,54	32.272,88
2019	16.454,19	12.695,47	3.758,72	29.149,67
2020	16.408,34	10.738,98	5.669,36	27.147,33
Mar	1.541,15	904,59	636,56	2.445,73
Abr	1.624,79	900,16	724,63	2.524,95
Mai	1.356,42	746,51	609,91	2.102,93
Jun	1.428,86	713,35	715,51	2.142,21
Jul	1.592,63	969,07	623,56	2.561,70
Ago	1.414,36	825,85	588,50	2.240,21
Set	1.567,77	921,86	645,92	2.489,63
Out	1.346,20	868,19	478,01	2.214,39
Nov	1.367,81	1.174,93	192,88	2.542,74
Dez	1.009,77	855,38	154,39	1.865,15
2021	3.496,67	3.644,84	-148,17	7.141,52
Jan	842,79	1.128,91	-286,12	1.971,70
Fev	1.017,19	1.123,52	-106,33	2.140,72
Mar	1.636,69	1.392,41	244,28	3.029,10

Paraná: Exportações X Importações
(em US\$ milhões)



21. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

Paraná: Exportações por fator agregado em 2020

Os dados nas Tabelas e gráfico abaixo, se referem a *exportações por fator agregado* e estão distribuídos sob três formas de classificação:

- básicos;
- semimanufaturados;
- manufaturados

Apresentam os desempenhos destas áreas de atividade na economia do Paraná, no ano de 2020.

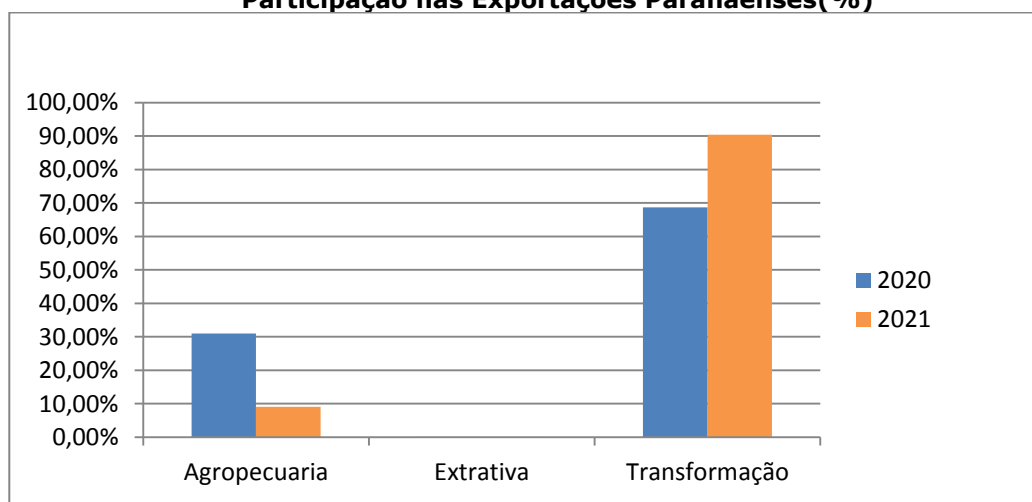
Agropecuária	US\$ - Bilhões	Variação %	Participação %
Soja	4,6	35,2	28,0
Milho não moído	0,33	-59	2,0
Demais Produtos	0,12	18,3	0,78

Outros Produtos	US\$ - Bilhões	Variação %	Participação %
Sucata de Mat. ferrosos	12,1	94,5	0,074
Resíduos de Mat. preciosos	0,653	-32,8	0,035
Obras de arte e antiguidades	0,544	37,8	0,033
Serragem de madeira ou sucata	0,240	330,0	0,017

Ind. De Transformação	US\$ - Bilhões	Variação %	Participação %
Carnes de aves e miudezas	2,2	-12,0	13,0
Farelos de soja	1,23	-2,67	7,5
Açucars e Melaços	0,83	41,0	5,1
Demais produtos da Ind. Transf.	0,56	-7,66	3,4
Folheados e outras madeiras	0,53	49,3	3,2
Papel e cartão	0,52	2,04	3,2
Veículos de passageiros	0,51	-22,0	3,2
Madeira parcialmente trabalhada	0,43	-0,61	2,6
Celulose	0,42	-30,0	2,6

Fonte comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 03/03/2021)

Participação nas Exportações Paranaenses(%)

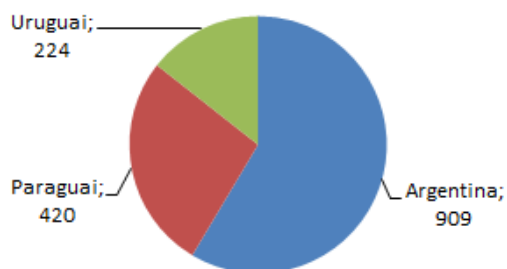
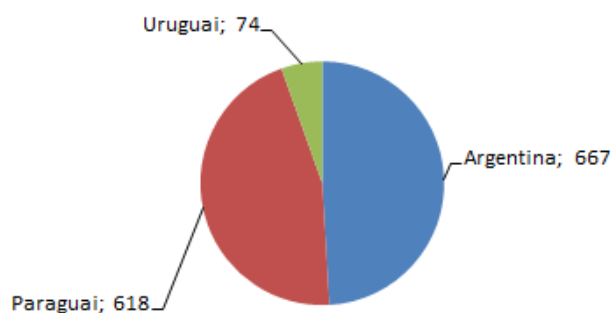


Fonte comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 10/02/2021)

21. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE**Relações Comerciais com o MERCOSUL****TABELA 59 – PARANÁ: INTERCÁMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)**

Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
2021 (JAN-MAR)						
Argentina	207	56,69	202	48,29	6	409
Paraguai	107	29,32	197	47,09	-89	304
Uruguai	51	13,99	19	4,61	32	70
MERCOSUL	365	100	417	100	-52	783
2020						
Argentina	909	58,54	628	50,74	282	1.537
Paraguai	420	27,07	539	43,55	-118	959
Uruguai	224	14,39	71	5,71	153	294
MERCOSUL	1.553	100	1.237	100	316	2.790
2019						
Argentina	1.042	54,56	1.318	73,50	-276	2.360
Paraguai	434	22,72	393	21,91	41	827
Uruguai	434	22,72	82	4,58	352	516
MERCOSUL	1.909	100	1.793	100	117	3.702
2018						
Argentina	1.449	65,21	1.207	70,32	242	2.656
Paraguai	540	24,29	370	21,56	170	910
Uruguai	217	9,75	95	5,54	121	312
Venezuela	17	0,75	44	2,58	-28	61
MERCOSUL	2.222	100,00	1.716	100,00	506	3.938
2017						
Argentina	2.053	74,74	1.073	64,63	981	3.126
Paraguai	463	16,85	405	24,37	58	868
Uruguai	199	7,23	128	7,69	71	326
Venezuela	32	1,18	55	3,31	-23	87
MERCOSUL	2.747	100,00	1.660	100,00	1.087	4.407

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/04/2021)

Exportações 2020 - US\$ Milhões**Importações 2020 - US\$ Milhões**

21. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 60 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2021 (JAN-MAR)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB Milhões	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	25,81	15,05
2	Outras carnes de suíno, congeladas	23,71	13,82
3	Outros papéis e cartões dos tipos utilizados para escrita ou impressão	16,85	9,83
4	Adbos minerais ou químicos, que contenham nitrogênio, fósforo e potássio	13,04	7,60
5	Tratores rodoviários para semi-reboques	12,83	7,48
6	Eixos de transmissão com diferencial para veículos automóveis	9,51	5,54
7	Outros motores de explosão, para veículos do capítulo 87, de cilindrada superior a 1.000 cm3	7,76	4,52
8	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	7,20	4,20
9	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	6,40	3,73
10	Outras preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais	6,23	3,63
11	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	5,70	3,33
12	Cimentos "portland", comuns	5,09	2,97
13	Outras enzimas preparadas	4,71	2,74
14	Papel e cartão revestidos, impregnados ou recobertos de plástico	4,37	2,55
15	Milho para semeadura	4,07	2,38
16	Outros condutores elétricos para tensão <= 80 v	4,03	2,35
17	Outras caixas de marchas para tratores ou "dumpers"	3,76	2,19
18	Cervejas de malte	3,54	2,06
19	Carrocerias para "dumpers"/tratores, exceto rodoviário, inclusive cabina	3,48	2,03
20	Caixas e cartonagens, dobráveis, de papel ou cartão, não ondulados	3,42	2,00
-	Total	171,51	100,00

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/04/2021)

TABELA 61 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2021 (JAN-MAR)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB Milhões	Percentual (%)
1	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	75,84	22,30
2	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	59,70	17,55
3	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	42,19	12,40
4	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	41,14	12,10
5	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	28,04	8,24
6	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios	14,33	4,21
7	Malte não torrado, inteiro ou partido	12,49	3,67
8	Pastas químicas de madeira, semibranqueadas ou branqueadas, de coníferas	7,99	2,35
9	Outros propanos liquefeitos	7,72	2,27
10	Cevada cervejeira	7,67	2,25
11	Metanol (álcool metílico)	6,28	1,85
12	Farinha de trigo	5,97	1,76
13	Sebo bovino fundido (incluindo o premier jus)	5,57	1,64
14	Outras caixas de marchas	4,23	1,24
15	Outros garrafões, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	3,71	1,09
16	Outras misturas, preparações alimentícias de gorduras, óleos, etc.	3,70	1,09
17	Outros motores diesel/semidiesel, para veículos do capítulo 87	3,70	1,09
18	Pêras, frescas	3,42	1,01
19	Metilato de sódio em metanol	3,34	0,98
20	Azeitonas, não congeladas	3,09	0,91
-	Total	340,12	100,00

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/04/2021)

21. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE**TABELA 62 – PARANÁ: PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DE PRODUTOS (1)**

Nº	2020 (JAN-DEZ)			2021 (JAN-MAR)		
	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)
1	China	5.364,36	53,56	China	853,13	42,35
2	Estados Unidos	1.016,16	10,15	Estados Unidos	267,93	13,30
3	Argentina	909,19	9,08	Argentina	207,07	10,28
4	Países Baixos (Holanda)	629,93	6,29	Países Baixos (Holanda)	135,31	6,72
5	Paraguai	420,36	4,20	Paraguai	107,21	5,32
6	Japão	353,39	3,53	Japão	107,08	5,32
7	Coreia do Sul	352,54	3,52	Coreia do Sul	91,64	4,55
8	Colômbia	347,68	3,47	Colômbia	89,97	4,47
9	México	339,89	3,39	México	86,34	4,29
10	Chile	282,70	2,82	Chile	68,69	3,41
---	Total	10.016,22	100,00	Total	2.014,37	100,00

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/04/2021)

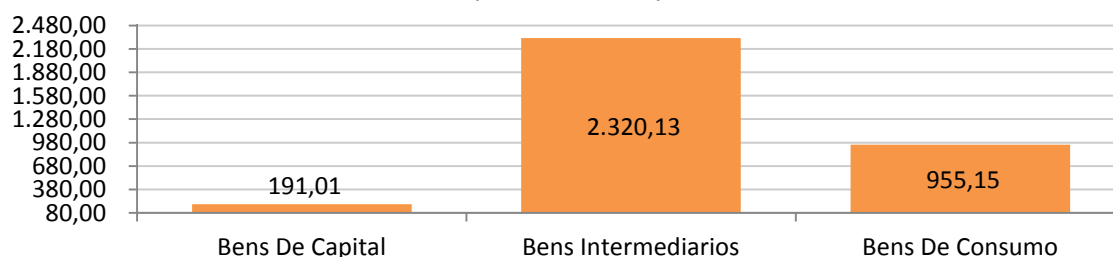
TABELA 63 – PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2021 (JAN-MAR) (1)

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	631,07	25,96
2	Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	402,68	16,57
3	Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	220,86	9,09
4	Outros açúcares de cana	161,37	6,64
5	Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congelada	140,17	5,77
6	Outras madeiras compensadas folheada, espess <=6mm	134,29	5,52
7	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	88,27	3,63
8	Pasta química de madeira de não conífera semi branqueada	80,43	3,31
9	Milho em grão, exceto para semeadura	74,40	3,06
10	Outras carnes de suíno, congeladas	69,97	2,88
11	Café solúvel, mesmo descafeinado	62,31	2,56
12	Madeira de coníferas perfilada	51,09	2,10
13	Farinhas e pellets, da extração do óleo de soja	48,59	2,00
14	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	48,30	1,99
15	Outros papeis e cartões para escrita de fibra mecânica >10%, Rolos	46,13	1,90
16	Madeira serrada ou fendida longitudinalmente	44,26	1,82
17	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	34,51	1,42
18	Fuel oil	34,22	1,41
19	Tratores rodoviários para semi-reboques	32,98	1,36
20	Outras pás mecânicas, escavadores, carregadoras, etc.	24,90	1,02
-	Total	2.430,81	100,00

PARANÁ: EXPORTAÇÕES POR TIPOS DE BENS

(Jan-Mar 2021)(2)

(em US\$ milhões)



(1) Dados preliminares.

(2) Bens de Capital: bens que geram riqueza: máquinas que fabricam outros bens; ou bens de longa duração: equipamento hospitalar.
Bens Intermediários: bens manufaturados ou matérias-primas processadas utilizadas na produção de outros bens (exemplo: peças para veículos)
Bens de Consumo: para o atendimento das demandas e necessidades imediatas da população: alimentos, remédios, etc.

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/04/2021)

TABELA 64 – PARANÁ: PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS DE DESTINO E ORIGEM DE PRODUTOS

2021 (JAN-MAR)			2021 (JAN-MAR)		
Principais Blocos Econômicos de Destino	US\$ Milhões	%	Principais Blocos Econômicos de Origem	US\$ Milhões	%
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	1.297,96	37,45	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	1.289,63	28,97
América do Sul	708,52	20,44	Europa	1.150,87	25,85
Europa	636,16	18,35	União Europeia	949,08	21,32
União Europeia - UE	455,98	13,16	América do Norte	560,00	12,58
Mercosul	367,48	10,60	América do Sul	501,83	11,27
Total	3.466,10	100,00	Total	4.451,41	100,00

(*)Considera apenas blocos econômicos e não países não pertencentes a estes blocos. Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/04/2021)

21. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 65 – PARANÁ: EXPORTAÇÕES – TOTAIS POR FATOR AGREGADO - (Em US\$ Bilhões)

Período	Agropecuária	Ind. Transformação	Outros Produtos	TOTAL
2016	3,4	11,6	0,106	15,2
2017	4,7	13,2	0,138	18,1
2018	5,5	14,2	0,105	19,9
2019	4,4	12,1	0,037	16,5
2020	5,1	11,3	0,047	16,4
2021*	0,74	2,7	0,001	3,44

Fonte: www.mdic.gov.br/ - Dados sujeitos à alterações. (Consulta em 08/04/2021). *Dados referentes ao acumulado Jan-Mar 2021

TABELA 66 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL DOS MAIORES EXPORTADORES MUNICIPAIS EM 2021 (JAN-MAR)(Em US\$ Milhões)

Nº	Principais Municípios	Exportações	Percentual (%)	Importações	Percentual (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
1	Paranaguá - PR	815,91	28,77	433,88	15,10	382,02	1.249,79
	Soja, mesmo triturada - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, de aves - Milho - Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja - Óleo de soja e respectivas fracções						
2	Maringá - PR	365,32	12,88	115,54	4,02	249,78	480,85
	Soja, mesmo triturada - Milho - Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, de aves - Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja						
3	Curitiba - PR	303,49	10,70	762,88	26,56	-459,39	1.066,37
	Tratores - Madeira serrada ou endireitada longitudinalmente - Chassis, com motor, para veículos automóveis - Veículos automóveis para transporte de mercadorias - Soja, mesmo triturada						
4	São José dos Pinhais - PR	274,29	9,67	607,17	21,14	-332,88	881,46
	Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis - Veículos automóveis para transporte de mercadorias - Partes e acessórios dos veículos automóveis - Motores de pistão, alternativo ou rotativo, de ignição por faísca - Centrifugadores, incluídos os secadores centrífugos, aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases						
5	Ponta Grossa - PR	228,65	8,06	247,94	8,63	-19,28	476,59
	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja - Soja, mesmo triturada - Papel, cartão, pasta de celulose e mantas de fibras de celulose - Óleo de soja e respectivas fracções - Painéis de partículas e painéis semelhantes de madeira ou de outras matérias lenhosas						
6	Rolândia - PR	107,02	3,77	11,35	0,40	95,67	118,38
	Couros preparados após curtimenta ou após secagem e couros e peles apergaminhados, de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos, depilados, mesmo divididos. Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas. Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido.						
7	Ortigueira - PR	103,67	3,66	22,84	0,80	80,83	126,52
	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução - Pastas de madeira obtidas por combinação de um tratamento mecânico com um tratamento químico - Lenha em qualquer estado, madeira em estilhas ou em partículas						
8	Cafelândia - PR	89,42	3,15	8,57	0,30	80,85	97,99
	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, de aves - Óleo de soja e respectivas fracções - Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja - Produtos de origem animal impróprios para alimentação humana - Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miudezas ou de sangue; preparações alimentícias à base de tais produtos						
9	Campo Mourão - PR	87,41	3,08	20,88	0,73	66,52	108,29
	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja - Milho - Soja, mesmo triturada - Papel, cartão, pasta (ouate) de celulose e mantas de fibras de celulose - Chapas, folhas, tiras, fitas, películas e outras formas planas, auto-adesivas, de plástico						
10	Cascavel - PR	87,08	3,07	101,48	3,53	-14,39	188,56
	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, de aves - Soja, mesmo triturada - Carnes e miudezas, comestíveis, salgadas ou em salmoura, secas ou defumadas - Carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas - Carroçarias para os veículos automóveis						
11	Palotina - PR	87,08	3,07	9,47	0,33	77,62	96,55
	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves - Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue - Soja, mesmo triturada - Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja - Produtos de origem animal impróprios para alimentação humana						
12	Araucária - PR	85,38	3,01	403,23	14,04	-317,85	488,62
	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos - Partes e acessórios dos veículos automóveis - Madeira serrada ou endireitada longitudinalmente - Enzimas; enzimas preparadas não especificadas - Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja						
13	Telêmaco Borba - PR	75,99	2,68	4,07	0,14	71,92	80,07
	Papel e cartão revestidos de caulino ou de outras substâncias inorgânicas - Madeira perfilada - Papel e cartão kraft, não revestidos, em rolos ou em folhas - Madeira serrada ou endireitada longitudinalmente - Ferramentas, armações e cabos de ferramentas, de escovas e de vassouras, de madeira						
14	Londrina - PR	63,70	2,25	122,62	4,27	-58,92	186,32
	Extractos, essências e concentrados de café, chá ou de mate e preparações à base destes produtos - Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e películas de café; sucedâneos do café contendo café - Soja, mesmo triturada - Milho - Fios de seda não acondicionados para venda a retalho						
15	Palmas - PR	61,64	2,17	0,87	0,03	60,76	62,51
	Maquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia e cinematografia, medida, de controle ou precisão; Instrumentos e aparelhos médicos cirúrgicos						
-	Total	2.836,06	100,00	2.872,80	100,00	-36,74	5.708,86

Fonte: comexstat.mdic.gov.br (Consulta em 08/04/2021)